



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 16/04/2018.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 12

Aos dezasseis dias do mês de abril de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- 1. Sr. Júlio Franco Rosa** – pretende falar sobre o mau estado dos acessos ao mercado municipal.
- 2. Sr.^a Anabela da Silva Martins** – pretende falar sobre o canídeo que reside no apartamento por cima do seu.
- 3. Sr.^a Amélia Emília Pereira Silva Figueiredo** - pretende falar sobre a Travessa do Passal: o mau estado do piso, o sinal de trânsito aí colocado e os pinos colocados à entrada e que impedem os carros de circular.
- 4. Sr. Vítor Jorge Rainho Leal** - pretende falar sobre as acessibilidades à Conservatória, para pessoas com mobilidade reduzida e invisuais.
- 5. Sr. Agostinho Oliveira** – pretende saber o ponto de situação da obra da Rua do Sol.
- 6. Sr. Manuel dos Santos Pereira** – pretende falar sobre o mau estado da Rua Central, na Garcia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

CÂMARA

1. Aprovação da ata n.º 10, da reunião ordinária do dia 19 de março de 2018
2. Aprovação da ata n.º 11, da reunião ordinária do dia 2 de abril de 2018

ENTIDADES PARTICIPADAS

3. TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande. Relatório de gestão e contas de 2017. Mandato discriminado.

FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

4. Resumo de Tesouraria do dia 10 de abril de 2018
5. 8.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018
6. Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS

7. Autorização para pagamento de taxas em prestações
8. Isenção do pagamento de taxas

OBRAS PÚBLICAS

9. Requalificação da EB Guilherme Stephens – Concurso público n.º 16/2017 - Aprovação de trabalhos de suprimento de omissões. Aprovação de minuta de contrato
10. Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 4 - Concurso público n.º 19/2017 - Aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões.
11. “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira - fase 4” – CP n.º 19/ 2017 – Suspensão dos trabalhos.
12. “Requalificação da Rua Nova do Moínho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes - CP 22/2016” – Suspensão parcial dos trabalhos.
13. “Remodelação da rede de abastecimento de água na Rua Santa Isabel, Rua do Salgueiro e Rua D. João Pereira Venâncio – Concurso público n.º 11/2017” - Aprovação de trabalhos a menos.
14. “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG – parte 04 – Concurso público n.º 01/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

15. Req.º nº 693/18, datado de 09/04/2018 - Proc.º n.º 565/17, datado de 20/12/2017 - Ricardo José Germano Domingues
16. Req.º nº 616/18, datado de 26/03/2018 - Proc.º n.º 534/17, datado de 30/11/2017 - YUDO EU, LDA
17. Req.º nº 624/18, datado de 27/03/2018 - Proc.º n.º 554/17, datado de 14/12/2017 - TRADILUSA - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

18. Req.º nº 502/18, datado de 13/03/2018 - Proc.º nº 521/17, datado de 23/11/2017 - ILIMOLDES - Fabrico de Moldes Metálicos, Unipessoal, Lda.
19. Req.º nº 231/18, datado de 07/02/2018 - Proc.º nº 36/18, datado de 07/02/2018 - NOVA PLASTESTE S.A.
20. Req.º nº 480/18, datado de 09/03/2018 - Proc.º nº 115/17, datado de 30/03/2017 - Pedro Jorge Barbeiro Pereira
21. Req.º nº 392/18, datado de 27/02/2018 - Proc.º nº 28/18, datado de 27/02/2018 - Maria de Fátima Serra das Neves Filipe
22. Req.º nº 1632/17, datado de 19/09/2017 - Proc.º nº 39/17, datado de 06/02/2017 - Ana Maria Roldão Barros Delgado Marcelino
23. Req.º nº 1677/17, datado de 26/09/2017 - Proc.º nº 120/17, datado de 31/03/2017 - José Manuel Pereira de Carvalho
24. Req.º nº 465/18, datado de 07/03/2018 - Proc.º nº 507/16, datado de 12/12/2016 - Ramiro Alberto dos Santos Palma e Maria Teresa Xarepe Madeira
25. Req.º nº 2194/17, datado de 27/12/2017 - Proc.º nº 570/17, datado de 27/12/2017 - Sossego do Avozinho Lda.
26. Req.º nº 2175/17, datado de 20/12/2017 - Proc.º nº 568/17, datado de 20/12/2017 - Vidrala Logistics, Unipessoal Lda.
27. Req.º nº 1669/17, datado de 25/09/2017 - Proc.º nº 481/2017, datado de 25/09/2017 - José Jacinto Ferreira
28. Req.º nº 637/18, datado de 28/03/2018 - Proc.º nº 267/2018, datado de 28/03/2018 - Ana Cristina da Costa Morais Roldão de Aguiar Enes
29. Req.º nº 650/18, datado de 02/04/2018 - Proc.º nº 114/18, datado de 02/04/2018 - Telmo João Ventura Antunes Armindo e Amélia Emília Pereira da Silva Figueiredo
30. Req.º nº 15/18, datado de 05/01/2018 - Proc.º nº 9/2018, datado de 05/01/2018 - José Manuel Alves Lourenço e Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço
31. E/2689/2018 – Reclamação Sanitária – Rua Vasco da Gama, fração 9 - Estação - Marinha Grande
32. E/2402/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.
33. Protocolo de Colaboração Entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município da Marinha Grande - Aprovação de Minuta
34. Execução de obras de conservação em edificação degradada, sita na Rua Adolfo Leitão, nº 18 e Rua das Amoreiras (tardoz) em S. Pedro de Moel

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO

35. Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel – Buraco no pavimento - Rua das Rosas Silvestres - Requerente: Luís Filipe Santos Soares – Apreciação de alegações – Proposta de deferimento

AÇÃO SOCIAL

36. Habitação social - Praceta da Liberdade, bloco 3, 3.º drtº. Casal do Malta - Transmissão ope legis por falecimento da titular Anabela Mendes Ferreira - José Manuel Ferreira Borges - Falta de uso do locado e falta de pagamento das rendas - Incêndio no locado - Projeto de resolução do contrato de arrendamento - Audiência prévia.
37. Habitação social - Rua Adriano Marques Nobre, 79, Camarnal - Falta de pagamento das rendas - António José Jesus Bonita - Projeto de resolução do contrato de arrendamento - Audiência prévia.
38. Análise, classificação e proposta de exclusão da candidatura da Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos - Ginásio do Cérebro Sénior – Audiência prévia

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA

39. Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 – Treatresco – Grupo de Teatro – Realização do XVII FestivÁlvaro – Festival de Teatro.

40. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Teatresco - Grupo de Teatro - XVII FestivÁlvaro - Festival de Teatro.

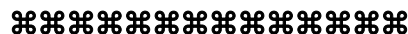
TEMPOS LIVRES E DESPORTO

41. Admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Clube Desportivo Moitense - 4ª “Corrida à Lebre” em Atletismo

42. Atribuição de apoio – Clube Desportivo Moitense - 4ª Corrida à Lebre em Atletismo

COOPERAÇÃO E GEMINAÇÕES

43. Protocolo de Acordo Entre as Cidades de Fontenay-sous-Bois e Marinha Grande sobre as ações ligadas à Reflorestação no seguimento dos Incêndios de Outubro de 2017 na Marinha Grande



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Júlio Franco Rosa, que referiu a ação pouco célere da Câmara face às necessidades do concelho, porque há cerca de 4 meses alertou para o mau estado dos acessos ao mercado e agora estão muito piores. Por outro lado vê a colocação de tapete onde, na sua opinião, não é necessário.

Colocou ainda as seguintes questões, que quer ver esclarecidas:

- Quais as démarches da Câmara para a colocação de águas e esgotos? Deveriam ser obras prioritárias.
- E o Pero Neto, já tem rede de esgotos? A sua falta afasta os empresários.
- Para quando a piscina?
- E a reparação dos buracos nos passeios da cidade? O que estão a fazer é só “para inglês ver”.
- E os semáforos na estrada da Embra para as Trutas?
- Para quando a poda das árvores em S. Pedro de Moel e noutros locais, como no Parque da Mobil, em que tapam os candeeiros de iluminação?
- E o arranjo da Estrada do Repouso para Casal dos Claros?
- Qual o ponto de situação do campo sintético de Casal do Malta?

Por último perguntou se a Câmara aderiu à tarifa social de água.

2. Sr.ª Anabela da Silva Martins, que se inscreveu para falar sobre o canídeo que reside no apartamento por cima do seu.

A munícipe não esteve presente.

3. Sr.^a Amélia Emília Pereira Silva Figueiredo, representada pelo seu marido, Sr. Telmo Armindo, que falou sobre a Travessa do Passal, nomeadamente:

- Entende que a sinalização não está correta. Habitam na zona há pouco tempo e já foram multados quando faziam cargas e descargas relacionadas com a mudança. Pedem que a situação seja analisada.
- O asfalto da Travessa está muito degradado.
- Os pinos colocados à entrada bloqueiam o acesso à Travessa e impedem os carros de circular.

4. Sr. Vítor Jorge Rainho Leal, que referiu ter vivido na pele as dificuldades de acesso à Conservatória, que considera serem uma vergonha, e diz não entender a “guerra” entre a CMMG e o Instituto. Questionou ainda a razão pela qual o elevador existente está fechado. Julga que está na hora da tomada de decisões, seja por parte da Câmara seja por parte do Instituto. Apelou à Sr.^a Presidente para que tome na mão a resolução deste problema, a bem de todos os marinhenses.

5. Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira, que pretende saber quando começam as obras na Rua da Vitória. Quer também saber se o projeto da obra da Rua do Sol já está em andamento, uma vez que tinha vindo pedir informações na reunião de fevereiro.

6. Sr. Manuel dos Santos Pereira, que mostrou a sua indignação pelo estado em que se encontra a Estrada da Garcia. Há cerca de um mês a Sr.^a Presidente disse-lhe que era uma obra prioritária e que ainda não havia projeto, só que daí para cá a situação agravou-se, com a ocorrência de acidentes. A situação tem que ver com a construção do ramal de saneamento da SIMLIS, que foi mal feita, e a estrada foi-se degradando. É uma via onde passam muitos carros e agora também por lá circulam camiões de grande tonelagem. Pretende que a Câmara programe, de imediato, a reparação desta estrada, considerando-a uma obra prioritária.

Tendo em conta a natureza das questões colocadas pelos munícipes nas suas intervenções, a Sr.^a Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu o seguinte:

- Sr. Júlio Rosa – abordou muitos aspetos do dia-a-dia do concelho, nomeadamente na Marinha Grande:
 - ⇒ Rua Ferreira de Castro, junto ao mercado – na Marinha Grande há cerca de 1.200 ruas, que representam cerca de 500 quilómetros de rua, muitas precisam de intervenções de fundo, e esta precisa de reconstrução. O Sr. Vereador referiu que aquela zona vai ter várias mexidas, que ainda não abordou com os colegas Vereadores, e uma delas é a previsão da piscina para aquele local, e isso implica mexer na Rua Ferreira de Castro. Outro equipamento previsto para o local é o patinódromo, que ganhou o Orçamento Participativo, e que faz todo o sentido estar ali porque é uma infraestrutura desportiva. A Rua Ferreira de Castro irá servir estes equipamentos, só que entretanto ela precisa de intervenção, por isso esta será uma das ruas a intervir com urgência, assim como a Estrada da Garcia, a Rua Quinta da Lagoinha e outras.
 - ⇒ A questão sobre a piscina já ficou respondida.

- ⇒ A Rua do Repouso já foi consignada, faltarão apenas dias para se entrar em obra.
- ⇒ Esgotos – há várias zonas a cobrir pela rede, e é uma área prioritária de todo o executivo.
- ⇒ Pero Neto – a Rua da Indústria Metalúrgica também vai ser intervencionada.
- ⇒ Parque da Mobil – há um projeto para o centro de transportes, que está quase pronto, que prevê a reconversão da área e as árvores serão mexidas. Enquanto não se começar a construção vai ver se se pode dar um arranjo na poda das árvores.
- Rua do Passal:
 - ⇒ Sinal – vai ver se se pode corrigir.
 - ⇒ Pavimentação – o estado é lastimável, são cerca de 30 metros de rua, que vai ver se se podem “encaixar” nas intervenções de urgência que estão programadas.
 - ⇒ Pinos – destinam-se a evitar que o trânsito se faça por ali e comece a desembocar no jardim. Vai ver se se consegue arranjar um método amovível, de modo a servir os moradores.
- Sr. Agostinho – o projeto da Rua do Sol vai ser iniciado fora da Câmara, em maio, e demorará cerca de 90 dias a ser executado. A Rua da Vitória vai ser iniciada entretanto, porque só falta um parecer da APA do Centro, que está pedido desde março. Logo que venha lança-se a obra. Quando a Rua da Vitória terminar avança-se com a Rua do Sol. A questão do aqueduto vai ser resolvida com a empreitada da Rua da Vitória. Tem que ser primeiro uma rua e depois a outra, porque não podem estar em obras ao mesmo tempo.
- Sr. Manuel Pereira – para a Estrada da Garcia prevê-se duas fases: uma primeira intervenção de emergência, porque os abatimentos se agravaram com as chuvas. Está a ser vista para se lançar um procedimento rápido. Depois, numa segunda fase, tem que se verificar o colector, para ver onde estão os danos e para se reparar, e só depois se fará a pavimentação, desde a Igreja do Pilado até ao início do concelho. É uma extensão muito grande e o projeto tem que ser bem avaliado.

A Sr.^a Presidente respondeu ao Sr. Vítor Leal o seguinte:

- Houve uma reunião aqui na Marinha Grande com o Instituto dos Registos e Notariado, para a passagem da Conservatória para o edifício Atrium, porque a Câmara tem noção das dificuldades de acesso dos marinhenses. Disseram que o projeto para as obras está feito e que falta apenas a descativação das verbas. Não sabe como está esse processo, porque a semana passada pediu informações e também uma reunião com a Secretária de Estado da Justiça. Espera que as obras sejam feitas até final do ano, tal como lhe foi dito, e assim terminem os problemas dos marinhenses com as acessibilidades. Também lhe disseram que nessa altura será implementado um novo modelo de atendimento, que será pioneiro no País.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

O Sr. Vereador Carlos Caetano prestou as seguintes informações:

- Piscina municipal e patinódromo – tal como já falou, serão construídos na zona desportiva, mas depois irá detalhar com os Srs. Vereadores.
- Cães – tal como informou tinha pedido a revisão do orçamento da empresa que apresentou proposta. Contactaram-se 4 entidades diferentes, e a Capturção foi a que apresentou orçamento, agora revisto, e parece-lhe melhor, está entre os 28.000€ e os 37.000€, e será para realizar durante 1 ano e em colaboração com o CRO.
- Pavimentações de emergência – há uma lista de urgências de que constam a Estrada da Garcia, Quinta da Lagoinha, Rua dos Eucaliptos (parte mais degradada), Rua da Indústria Metalúrgica, Rua Parque das Merendas e Rua Ferreira de Castro.
- Vão ser pavimentadas as ruas entre a Clinigrande e a Normax.
- A Rua de Angola também irá avançar.
- A Rua da Sapinha, na Moita, também vai avançar mas ainda faltam algumas cedências.
- Rua do Olheirão, na Moita – tem saneamento construído mas não está em uso por falta de um pequeno troço, junto a uma vala e que necessita do parecer da APA, que na freguesia da Moita é a APA do Tejo.
- Estão previstos durante o mês de maio os arranjos da área envolvente da EB de Casal do Malta.
- Rua do Mirante e Travessa do Mirante – arrancam no início de junho.
- Rua Mestre José da Silva Roque – há um pequeno troço sem saneamento que irá ser enquadrado nas obras de emergência.

A **Sr.ª Presidente** respondeu à questão colocada pelo Sr. Júlio Rosa, informando que a Câmara tem há muitos anos tarifa social de água para carenciados e para famílias numerosas.

A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Agradeceu as intervenções do público, que são pertinentes mas infelizmente não são novidades.
- O Sr. Júlio Rosa falou de prioridades e é isso que falta, priorizar as prioridades, e este é o momento, com a inserção do saldo do ano anterior.
- No dia 08/01/2018 houve uma reunião com o Presidente do ICNF, que disse que ia abrir as estradas para a quinta-feira da Ascensão e depois para o rallye. Já questionou isso na reunião anterior e não ficou esclarecida, porque a resposta da Sr.ª Presidente de ir acreditar que o ICNF vai cumprir não a satisfaz, porque não acredita assim tanto no ICNF.
- Protocolos com as Juntas de Freguesia – foram retirados da última reunião...
A **Sr.ª Presidente** interrompeu a Sr.ª Vereadora, dizendo que ela está impedida e que depois lhe explicará o motivo.

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes bem como os que assistem em casa, e referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:

- Sr. Júlio – sempre com intervenções pertinentes. As respostas do Sr. Vereador deixam-na esperançada de que os assuntos se vão resolver. Gostaria de saber qual é o plano para as intervenções de emergência.
- Sr. Telmo – fica contente por haver um jovem casal a querer habitar no centro histórico, e por isso entende que se lhe devem dar todas as condições.
- Sr. Vítor Leal – a acessibilidade à Conservatória é um problema que se arrasta há anos. O elevador também não resolve, o que é necessário é a mudança de instalações. Fica contente com a informação da Sr.^a Presidente de que as obras se fazem até ao fim do ano.
- Estrada Garcia/Pilado – é urgentíssima, assim como a Rua da Vitória. Lamenta que seja preciso as pessoas virem aqui ao longo de 10/15 anos reclamar as situações, e espera que se resolvam agora porque o executivo tem todas as condições para o fazer.

Tendo em conta que a Sr.^a Vereadora enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

1) PARABÉNS:

- Ao Clube de Atletismo da Marinha Grande que (re)inaugurou a sua sede social e desejar que este Clube continue, à semelhança de outros, a ajudar ao desenvolvimento sadio das nossas crianças e jovens (e até veteranos). Aliás o dia vai ser de festa naquela sede já no próximo dia 27 de Abril portanto dinamismo é o que se quer e que devemos todos apoiar;

- Parabenizar os atletas do Desportivo Náutico que alcançaram medalhas (11) no Campeonato Nacional de Juvenis, Juniores e Absolutos de piscina longa no Funchal: Em absolutos: O Viktor Kot foi medalha de bronze nos 200 costas também vice campeão nacional nos 100 metros costas; A Giovanna Vargas, medalha de bronze nos 200 mariposa; Em Juniores: a Ana Costa vice campeã nacional dos 50 metros bruços; E Pedro Duarte vice campeão nacional aos 50 e aos 100 bruços; Em Juvenis B – Ricardo Silva, vice campeão nacional aos 100 e aos 400 livres, campeão nacional aos 200 m costas, campeão nacional aos 200 livres e aos 100 costas; De salientar que por foram batidos inclusive records absolutos do Clube, quer pelo Viktor, quer pela Giovanna;

- Parabéns também ao IV Vieirense pela subida ao pódio (terceiro lugar) do seu atleta Jorge Marcelino e pela segundo lugar colectivo nos escalões juvenis, no Grande Prémio de Atletismo da Atouguia.

2) Reportagem TVI – da lavra da jornalista Ana Leal sobre o incêndio de 15 de Outubro intitulada “A Máfia do Pinhal” – o que pensa a Autarquia fazer? Ficar indiferente? Aguardar que exista denúncia de alguém ou investigação policial e judicial sobre o tema? Consideramos muito graves as revelações provindas daquela reportagem. E por isso entendemos que temos que fazer algo e exigir do Governo que o faça, igualmente.

Assim, julgo pertinente a apresentação de denúncia/ queixa crime, contra as pessoas mencionadas na Reportagem da TVI como suspeitos de terem participado num plano macabro para incendiar o Pinhal do Rei. Os crimes que estão em causa são os de:

- Crime de Incêndio Florestal - p. p. pelo artigo 274º do Código Penal com uma pena de 3 a 12 anos de cadeia;

- Crime de Danos contra a Natureza – p. p. pelo artigo 278º do Código Penal com uma pena de prisão até 5 anos; (embora a prática deste crime possa ser discutível)

- Crime de Associação Criminosa, p.p. pelo Art. 299º do Código Penal com uma pena de 1 a 5 anos;

Não havendo atenuantes para estes criminosos, verdadeira associação de malfeitores, somando as penas máximas (e sem aplicar o cúmulo jurídico) dá um total 22 anos de CADEIA!

Julgo que a Autarquia a apresentar esta queixa, inclusive estudando-se a possibilidade de se constituir assistente no processo, para termos a certeza de que se chegará à barra da justiça apurando-se responsabilidades a quem as tem.

Temos conhecimento de que corre já termos uma queixa crime contra aqueles que tiveram responsabilidades na gestão das Matas Nacionais, que não as limpavam, que as negligenciaram!

Mas esta situação é outra, diferente dessa.

E julgo que a Autarquia deve ser parte activa neste processo, mostrando que não está para brincadeiras.

Brincadeiras, já chega: com bandeirolas e bandeirinhas humanas! Com passeatas de Secretários de Estado ao Concelho! Com o Primeiro Ministro António Costa a plantar sobreiros! Televisões e holofotes! A máquina de propaganda do Estado a comer-nos por parvos! Pura distracção do que é realmente relevante. Querem entreter-nos com essas “coisinhas” para dar a ideia de que somos todos amigos, que isto é um “nacional porreirismo” em torno do Pinhal do Rei!

Para mim, não é!

Nunca foi, nem será!

E tal como referi na última reunião de Câmara, chega de inércia do ICNF, isto é, do Governo! Porque, fazendo fé no que nos dizem os responsáveis do ICNF, só não actuaram, não actuam nem actuarão, por manifesta falta meios a todos os níveis, meios esses que têm que ser fornecidos pelo Governo, pela tutela! E portanto, tal como referi à Srª Presidente, é urgente termos, enquanto Autarquia, uma posição extremada, mais pro-activa. A Srª Presidente informou-nos de que, sempre que está com os membros do Governo, chama à atenção, faz apelos, etc etc. Não chega! Cai em saco roto! Não mostra força!

Temos que mostrar que estamos dispostos a **convocar a população** e ir à luta! Pela simples diplomacia de secretária, já vimos, não vamos lá! Bem antes pelo contrário!

Continuamos a ser papalvos, que até pagamos ao Estado, ao ICNF, as tranquetas colocadas para fechar a Mata ao Povo!

E vem o Sr. Presidente do ICNF para a TVI informar que, antes do incêndio, tinha 1,6 milhões de euros para limpar a Mata! É preciso ter lata! Se tem esse valor, porque pediu à Câmara para pagar as tranquetas? E porque não procede à limpeza, de imediato, da área não ardida? Se já estava preparado para o fazer antes do incêndio, porque é que não o **FEZ** já quanto às áreas não ardidas? Porque é que não o **FAZ** já? Andamos a “engonhar” há seis meses! Meio ano! CHEGA!

Portanto, o que quero saber da Autarquia, da Srª Presidente em concreto, é se a Câmara vai continuar nesta DIPLOMACIA DE SECRETÁRIA, neste autêntico marasmo, a reboque do que outras entidades vão promovendo ou se, **DE UMA VEZ POR TODAS, assume a liderança que lhe compete no que concerne a 2/3 do nosso território Concelho! NOSSO TERRITÓRIO!**

O que sugiro, o que proponho é o seguinte:

- que a Srª Presidente convoque REUNIÃO COM CARÁCTER DE URGÊNCIA COM O SR. PRESIDENTE DO ICNF, nesta Câmara, e com todos os vereadores! Se ele não quiser ou não puder cá vir, VAMOS LÁ NÓS, ao Gabinete dele! Mostrando que estamos UNIDOS!

- Confrontar o Sr. Presidente do ICNF exigindo data concreta para o início dos trabalhos de limpeza;
- Saber qual o Plano de Reflorestação que está na mente do Estado, para termos uma ideia do que aí vem, em termos de timings (o Observatório quando reúne?);
- Ponderar a exigência da suspensão das hastas públicas da venda da madeira, parquear a madeira em locais próprios e gerir a venda de outras formas. Há alternativas. Não podemos beneficiar o infractor.
- Preparar com a DCD bem como com pessoas entendidas na matéria, ligadas a esta temática do Turismo, procurar também pessoas entendidas em parques temáticos etc e apresentar, rapidamente, ao ICNF, aos Secretários de Estado respectivos, ministros e primeiro ministro, um PROJECTO TURÍSTICO para aproveitamento das áreas não ardidas do Pinhal - Como base de trabalho, disponibilizo o meu Projecto Turístico Parque Pinhal do Rei que julgo poder ser adaptado para esta área mais pequena;
- Munidos desse documento, exigir do Estado a colaboração financeira necessária para pôr de pé um verdadeiro OÁSIS de bem estar, lazer, desporto, educação de modo a potenciar a utilização do Pinhal durante todo o ano e para os mais variados fins!
- Exigir do Estado a entrega imediata de todas as Casas das Matas à Autarquia, de forma gratuita, para implementar projectos várias.

3 - E aqui entronca a 2ª questão que quero abordar e que tem a ver com a próxima época balnear e, em concreto, em S. Pedro de Moel! Ficámos sem as piscinas e agora sem grande parte do Pinhal! Não sei se posso ter ainda esperança de que a limpeza da mata possa ser uma realidade antes de Junho. E que se possa criar, pelo menos, um bom parque de merendas, um espaço aprazível de convívio, enfim, alguma coisa por pouco que seja.

É uma vergonha dizer isto, mas S. Pedro está votado ao mais triste ABANDONO desta Câmara!

Tenho conhecimento de uma **listagem de pequenas obras** que terá sido remetida para o Sr. Vice Presidente Carlos Caetano, com conhecimento da Srª Presidente da Câmara. Nem vou perguntar! **Porque calculo que a devam ter analisado com cuidado e que o que lá se pede já esteja a ser devidamente concretizado. O que peço é que me digam em que fase de concretização está.**

Mas pergunto:

- a) o Centro Azul? Como estão essas “obras de Stª Engrácia”? Poderá este Centro ser usado este Verão, para exposições e outras actividades?
- b) Internet no Posto de Turismo: a sua instalação é comparticipada a 90% pelo Turismo do Centro! A Câmara terá apresentado, certamente, candidatura. O que pergunto é em que fase está essa candidatura e gostaria de ver a documentação da mesma; É muito importante, porque quem tem que assegurar o funcionamento do Posto são, principalmente, os miúdos estagiários ou estudantes do IPL ou da EPAMG com custos suportados pela Associação PROTUR e que estão ali todo o dia, são-lhes feitas perguntas que eles com recurso à Net melhor saberiam responder, além do que daria para criar ali uma zona wireless, até com umas mesas, cadeiras, uns tabuleiros de xadrex, damas para as pessoas também animarem aquilo! Não me parece difícil e com a candidatura em andamento, como julgo que estará, poder-se-á pôr de pé mais esta ideia tão, mas tão simples!
- c) A colocação de um toldo no Pátio da Casa Afonso Lopes Vieira seria também uma grande mais valia! Permitia a utilização do Pátio para fins culturais, como tem acontecido, mas com melhores condições pois permitia a sua utilização com maior frequência e dando maior conforto às pessoas, tornando os eventos ali realizados mais apetecíveis; - ideia simples mas muito eficaz!

- d) *Proceder ao arranjo do ringue, antigo campo de ténis que existe na “rua da cratera”! Fazer de imediato um orçamento para reparação do espaço, com colocação de piso novo, patinável, balizas, cestos de basket, e lançar o repto por exemplo ao Sporting Clube Marinhense para promover no Verão jornadas de hóquei em patins, jornadas de basketbol, Apoiar muito mais os torneios que se realizam em S. Pedro, nomeadamente o Voleibol de praia e criar novos torneios apoiando-nos e em parceria com os vários clubes;*
- e) *Arranjar os passadiços de madeira! Os pregos saltaram, há muitos sítios que representam um perigo para quem passeia pelos passadiços.*
- f) *E pensar na possibilidade de “montar” uma discoteca em S. Pedro! Precisamos de VIDA muito mais VIDA em S. Pedro.*

4 – Saúdo a vinda da Comissão Parlamentar do Ambiente liderada por Pedro Soares, deputado do Bloco de Esquerda, integrando tal comissão deputados de todos os Grupos Parlamentares e que ficaram chocados com o que viram no Rio Lis, com a poluição nos Campos do Lis. Esperemos que desta visita saia algo de proveitoso para terminar com esse flagelo da poluição que tanto afecta o nosso concelho.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa e referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:

- Deixou uma saudação sincera para tudo o que aqui foi dito, designadamente para o que os munícipes aqui vieram alertar e os problemas que trouxeram. Não ouviu nada de novo e de que não tenha já aqui falado, como foi o caso do documento que entregou ao então Presidente da Câmara sobre a sua ida à coletividade da Garcia.
- Sr. Júlio – diz que os passeios que arranjam é só “para inglês ver”. É inquietante, porque têm que se arranjar, mas bem.
- Rua da Indústria Metalúrgica – serve muitas indústrias, mas atenção, a rua não tem saneamento. A fazer não pode ser só colocar alcatrão, têm que se colocar infraestruturas.
- Rua do Olheirão – tem o saneamento feito há muitos anos e nem um só munícipe se ligou. E isto não acontece só na freguesia da Moita, passa-se em muitos outros locais com saneamento e onde as pessoas não se ligaram. É preciso pôr isso em prática porque é bom para o concelho.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

*“1. Questionei pelo **Estudo Hidráulico sobre as Adutoras dos Altos Picotes**, dado ser a maior preocupação dos marinhenses, e em janeiro, o vereador Caetano tinha informado que demoraria dois meses. Alertámos que entretanto vamos fazer a revisão orçamental, com a incorporação de 12,6M€ e é necessário ter o estudo para **cativar verba para estas obras**.*

*2. Voltei a perguntar pelo **mapa de cobertura de saneamento** do concelho, para identificar as áreas onde ainda não temos saneamento. O Sr. Vereador diz que tem na parede do seu gabinete, pedimos que nos enviasse por mail.*

*3. Insisti em saber a situação **do jazigo do Cemitério** da Marinha Grande.*

4. Felicitei o **Hugo Gaspar**, por ter vencido a **taça de Portugal em voleibol**, ao serviço do Benfica, realçando ainda o facto de ser o capitão de equipa, e ser médico.

5. Felicitei a **equipa de andebol em cadeiras de rodas da APD - Leiria**, sediada na Marinha Grande, por ter revalidado o título de **campeão nacional de ACR4**, o tetra.

6. Felicitei o **Henrique Borda D'Água** por se ter sagrado vice-campeão nacional de Patinagem de Velocidade em pista. No mesmo campeonato nacional, felicitei também o **Ricardo Marques e o João Gaiolas, do Agrupamento de escolas Marinha Grande Poente**, por terem sido medalha de bronze.

7. Felicitei a jovem marinhense **Margarida Balseiro Lopes**, deputada municipal, por ter sido eleita **presidente da JSD nacional**. Este facto ainda é mais relevante por ser a primeira mulher a liderar a JSD, e logo uma marinhense.”

A Sr.ª Presidente referiu o seguinte:

- Congratulou-se com as felicitações apresentadas pelos Srs. Vereadores, e felicitou também a ACAMG pela iniciativa inserida nas comemorações do 25 de Abril.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro cumprimentou todos os presentes e os que seguem esta reunião em casa, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. Revisão do Regulamento da Taxa Social da Água

Em aditamento a uma intervenção já realizada numa reunião no ano 2017, referimos que o atual regulamento não está adaptado ao previsto no Decreto-lei n.º 147/2017, de 05 de dezembro, que estabelece **“o regime de atribuição de tarifa social para a prestação dos serviços de águas (tarifa social), a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas e que prevê que “são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas e que se encontrem em situação de carência económica” (n.º 1, do art. 2.º). Neste enquadramento e na nossa perspetiva, os critérios de atribuição do tarifário social deve ter em conta os seguintes pontos:**

Tarifário Social - Utilizadores Domésticos:

Incidência: Utilizadores Domésticos numa situação de carência económica comprovada pelo sistema de segurança social, isto é, o benefício de pelo menos uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1.º Escalão de Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez.

Tarifário Social – Famílias Numerosas:

Incidência: Utilizadores Doméstico cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos

Tarifário Social – Utilizadores Não Domésticos:

Incidência: Pessoas coletivas de declarada utilidade pública ou entidades que sejam legalmente constituídas e que sejam sem fins lucrativos.

2. Alertámos para a **Resolução do Conselho de Ministros** n.º 11-A/2018, 7 de fevereiro, sobre “o reforço e estruturação dos processos de prevenção, vigilância e de apoio ao combate aos fogos florestais”. Este diploma prevê uma série de verbas e é importante perceber quais os montantes que do valor global serão utilizados para ações no concelho. Designadamente pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas IP(ICNF). Isto é:

- a. Dos 15 000 000,00€, a financiar pelo FSUE e a inscrever no orçamento do Fundo Florestal Permanente, para a instalação e manutenção da rede primária de faixas de gestão de combustível, qual o valor que será aplicado nestas ações no Município da Marinha Grande?
- b. Dos 1 500 000,00€, a financiar pela DCI, para beneficiação de caminhos prioritários públicos ou privados, qual o valor que será aplicado nestas ações no Município da Marinha Grande?
- c. Dos 1 500 000,00€, a financiar pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para realização de projetos no âmbito da Defesa da Floresta contra Incêndios em áreas geridas pelo Estado, qual o valor que será aplicado nestas ações no Município da Marinha Grande?
- d. Dos 25 000 000,00€, a financiar em (euro) 10 000 000 por receita própria adicional a inscrever no orçamento do ICNF, I. P., e em (euro) 15 000 000 por saldos de gerência transitados do Fundo Florestal Permanente a integrar no orçamento do próprio Fundo, qual o valor que será aplicado nestas ações no Município da Marinha Grande, nas seguintes áreas:
 - Criação e ampliação da capacidade nacional de armazenamento de madeira, através de parques de madeira queimada, para fazer face à anormal disponibilidade em sequência dos incêndios de 2017;
 - Controlo de vegetação espontânea e serviços conexos de silvicultura em áreas geridas pelo Estado Português (Mata Nacional)
 - Realização de campanhas de sensibilização e alteração de comportamento;
 - Constituição e equipamento de equipas de sapadores;
 - Aquisição de viaturas para sapadores florestais;
 - Abertura de concurso para 25 vigilantes da natureza.
 - Etc....

Consideramos fundamental que esta informação seja solicitada, ou por ofício ou em contexto de reunião com o ICNF. Temos que ter clarificadas as ações que serão investidas no nosso território.”

Para responder às questões colocadas, a Sr.ª Presidente passou a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que referiu o seguinte:

- Centro Azul – não há qualquer projeto em curso para a sua reconversão antes do verão.

A Sr.ª Presidente complementou a informação referindo o seguinte:

- O projeto do Centro Azul está iniciado mas não está concluído. Já se viu com os serviços mas não há hipótese antes do verão. A intervenção é grande e há prazos a

cumprir. Seguidamente enumerou os vários procedimentos a adotar e os respetivos prazos.

- Protocolo com a APA – está agendado para hoje.
A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** sugeriu se não se poderia fazer igual com o ICNF.
- Tarifas sociais – a sua revisão passa pela alteração das taxas.
- D. Anabela Martins – colocou a questão do cão da vizinha, e é já a segunda vez que se inscreve e não vem, mas mesmo assim quer dar a informação dos serviços. Há dois canídeos pequenos, que vivem no andar de cima, os serviços foram lá três vezes, duas delas não encontraram a proprietária mas falaram com a reclamante e não os viram sequer nem ouviram.
Da última vez falaram com a dona, verificaram que os animais estão bem tratados, estão numa varanda, têm tapetes para absorver alguma eventual urina, são passeados na rua, a varanda está vedada, têm a vacinação em ordem e os serviços não viram qualquer escorrência. A Câmara não pode retirar os animais e não pode fazer mais. A reclamante deve colocar a questão em reunião de condomínio e falar com a proprietária dos animais.

O Sr. Vereador Carlos Caetano prosseguiu nas respostas às questões da sua área:

- Campos de jogos em S. Pedro – a Câmara pretende intervir aqui nos campos do Parque Mártires e também em S. Pedro. Amanhã a Sr.ª Vereadora Célia Guerra irá fazer uma visita para se ver o que se irá fazer.
- Mapa do saneamento – está exposto no seu gabinete e convidou o Sr. Vereador Aurélio Ferreira a ir vê-lo.
- Jazigo – confessou que ainda não teve tempo para analisar o processo.
- Estudo hidráulico – vai ver com o autor se poderá aqui vir para fazer uma apresentação com todo o executivo, porque é um projeto demasiado importante para haver dúvidas, e assim ele esclarecerá tudo.
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que este é um dos assuntos mais importantes para o concelho, e como agora se vai fazer a maior revisão de sempre ao orçamento e deverá dedicar-se uma grande fatia para a água, é preciso ter este estudo hidráulico.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra informou o seguinte:

- A Câmara apresentou na CIMRL, a 2 de março, um projeto para os percursos pedestres em S. Pedro e também se candidatou a internet.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por concluído o período de antes da ordem do dia, interrompendo a reunião das 16:30 horas às 17:00 horas, para intervalo.

Quando foi retomada a reunião, a Sr.ª Presidente informou que se ia ausentar, para se deslocar ao Centro de Saúde de Vieira de Leiria, pelo que, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi **substituída pelo Vice-Presidente, Sr. Vereador Carlos Caetano.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

CÂMARA

1. Aprovação da ata n.º 10, da reunião ordinária do dia 19 de março de 2018

297 - Presente a ata n.º 10, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 19 de março de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2. Aprovação da ata n.º 11, da reunião ordinária do dia 2 de abril de 2018

298 - Presente a ata n.º 11, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 2 de abril de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

ENTIDADES PARTICIPADAS

3. TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande. Relatório de gestão e contas de 2017. Mandato discriminado.

Foi incluída na ordem do dia a seguinte proposta:

“A Sr.^a Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Considerando que a assembleia geral da empresa vai ter como assuntos da ordem do dia: deliberar sobre o relatório e contas relativos ao exercício de dois mil e dezassete, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da empresa, de acordo com o artigo 12.º, n.º 2, dos estatutos da empresa.

Presente Relatório de gestão e contas de 2017, acompanhados do parecer e certificação legal das contas, emitidos pelo fiscal único.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante: aprovar o relatório e contas relativos ao exercício de 2017, aprovar a proposta de aplicação de resultados e apreciar positivamente a atuação da administração e fiscalização da empresa.

A presente deliberação foi tomada por _____ e aprovada em minuta.”

A discussão e votação deste ponto ficou adiada para o final da reunião, tendo em conta que neste momento a Sr.^a Presidente está ausente e o Sr. Vice-Presidente está impedido, por ser o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M..

FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

4. Resumo de Tesouraria do dia 10 de abril de 2018

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia dez de abril de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.723.848,71€** (treze milhões, setecentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e oito euros e setenta e um centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

5. 8.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018

299 - Presente proposta da 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

7.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2018 no valor de 24.170,00 euros nos reforços e de 24.170,00 euros nas anulações;

7.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2018 no valor de 15.200,00 euros nos reforços e de 15.200,00 euros nas anulações;

6.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2018 no valor de 5.570,00 euros nos reforços e de 8.970,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 8.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

6. Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

300 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que se pretende proceder à renovação do “*Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente*”, para o período de 08/05/2018 a 07/05/2021, atenta informação n.º I/885/2018 de 06 de abril da DOT – Divisão de Ordenamento do Território, com um valor global de encargos previsto para os anos de 2019, 2020 e 2021, de cerca de 30.921 euros, 31.257 euros e 9.477 euros, respetivamente.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010307 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/A/48 com a designação “*Equipas de Intervenção Permanente - Protocolo ANPC/CMMG/AHBVMG*”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, foi inscrita a dotação de 31.500,00 euros para cada um dos anos de 2019 e 2020, e 9.502 euros para o ano de 2021, na ação referida anteriormente, classificação orgânica/económica 0103/040701, verba suficiente para a despesa que se perspetiva assumir.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - *Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*

2 – Excetua-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que a renovação do “*Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente*” não se enquadra em nenhum dos números da alínea A) da Deliberação da Assembleia Municipal de 29/12/2017, a autorização genérica prévia concedida na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica ao presente processo.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à renovação do “*Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente*”, até ao valor máximo de 30.921 euros, 31.257 euros e 9.477 euros, nos anos de 2019, 2020 e 2021, respetivamente, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e até 7 de maio de 2021.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que concorda com a renovação do protocolo, implícita nesta plurianualidade, mas lamenta que não sejam contratualizadas mais Equipas de Intervenção Permanente, tendo em conta a catástrofe que ocorreu no concelho no ano passado.

TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS

7. Autorização para pagamento de taxas em prestações

301 - Presente o requerimento:

- registo de entrada E/2914/2018 em que de Ernestina Rodrigues Martinho, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 694 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presente a informação nº 6/LS de 02 abril de 2018, onde se confirma que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Ernestina Rodrigues Martinho, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 694 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 3238/2/2018 de 02 de março de 2018, no valor de 1.000,00€, em nome de Ernestina Rodrigues Martinho, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 694, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

As Sr.ªs Vereadoras Alexandra Dengucho e Lara Lino proferiram a habitual declaração de voto, que se transcreve:

“As vereadoras do PCP, Alexandra Dengucho e Lara Lino declaram votar favoravelmente a autorização para pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua em 8 prestações mensais no entanto entendem apresentar os seguintes considerandos:

- Desde há vários anos que o PCP tem vindo a propor a revisão em baixa da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, não concordando com os valores praticados atualmente.*
- Neste ponto em concreto, a taxa para a concessão da sepultura perpétua sofreu um aumento de cerca de 330%, passando de 300€ para 1000€, considera-se este aumento completamente abrupto e inadequado.*
- É evidente o esforço que este aumento obriga às famílias, que se confirma pelos sucessivos pedidos de pagamento em prestações.*

Esta é uma decisão de carácter social, que deve ser revista com a máxima urgência, ajustada às condições de vida da população de Marinha Grande pelo que se propõe a revisão em baixa das Taxas Municipais.”

8. Isenção do pagamento de taxas

302 - A Liga dos Combatentes (Núcleo da Marinha Grande), solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da trasladação a seguir elencada:

- Pedido de exumação de Manuel Vidal Freitas da sepultura n.º 9 reservada aos Combatentes para o Ossário reservado ao Combatentes.

O Clube Desportivo e Recreativo de Amieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização da festa anual 2018 entre os dias 11 e 13 de maio de 2018;
- Licença de recintos improvisados e itinerantes;
- Licença de publicidade.

O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização das atividades a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização do concerto Ferro e Fogo no dia 05 de maio de 2018 e para a realização do concerto Tri Rex no dia 24 de abril de 2018.
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, 4ª Corrida à Lebre, no dia 29 de abril de 2018.

O CAMG - Clube Automóvel da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização das atividades a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização do 18º Encontro de Clássicos e Desportivos no dia 21 de abril de 2018;
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de publicidade.

O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente - Escola Básica Guilherme Stephens, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, passeio de bicicleta/Campanha de limpeza da praia, no dia 20 de abril de 2018.

Presentes as informações nº 14/LS de 02 de abril de 2018, as informações 15/LS, 16/LS, 17/LS e 18/LS de 05 de abril de 2018 e as informações 19/LS e 20/LS de 10 de abril de 2018, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a Liga dos Combatentes (Núcleo da Marinha Grande), o Clube Desportivo e Recreativo de Amieira, o Clube Desportivo Moitense, o CAMG - Clube Automóvel da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente - Escola Básica Guilherme Stephens, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença de ruído, licença de improvisados e itinerantes, autorização para realização de atividades de caráter

desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, licença de publicidade e trasladação de cadáver.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

OBRAS PÚBLICAS

9. Requalificação da EB Guilherme Stephens – Concurso público n.º 16/2017 - Aprovação de trabalhos de suprimento de omissões. Aprovação de minuta de contrato

303 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através de deliberação camarária, de 19 de março de 2018, foram aprovados trabalhos de suprimento de omissões no âmbito da empreitada de “Requalificação da EB Guilherme Stephens”.

O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

Em 3 de abril corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.

Nestes termos, estão reunidas as condições para que a Câmara Municipal proceda à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento supra referido, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 4 - Concurso público n.º 19/2017 - Aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões.

Em relação a este processo, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu o seguinte:

“Sobre este processo não nos foi enviada documentação, nem a mesma estava no início da reunião. O processo apareceu apenas durante a reunião. Por esse motivo mostrámos a nossa indignação pelo facto de, aquando do envio da documentação para a reunião, o email contém sempre a nota de que os processos estão disponíveis no Salão Nobre com a antecedência de 48h, designadamente nos seguintes termos:

“Por último, incumbe-me ainda a Senhora Presidente de comunicar que os processos administrativos correspondentes a todos os assuntos incluídos na ordem do dia encontrar-se-ão à disposição de todos os Senhores Vereadores, no Salão Nobre dos Paços do Município, com 48 horas de antecedência sobre a data da reunião.”

Como se verifica por este exemplo isto não correspondente à verdade.

Ora isto, sistematicamente é incumprido.”

304 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com referência CS/25/2018, de 09 de abril, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões, no âmbito da empreitada de “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 4”, no valor de 7.335,00€ (sete mil trezentos e trinta e cinco euros).

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 376.º, 377.º e 378.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 4”, em que é cocontratante a empresa Construções António Leal, SA, delibera aprovar:

- a) trabalhos de suprimento de erros e omissões, no valor total de 7.335,00€ (sete mil trezentos e trinta e cinco euros), correspondendo 4.635,00€, a preços acordados, e 2.700,00€, a preços de contrato, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;**
- b) a fixação do prazo de execução em quinze dias para os trabalhos de suprimento de erros e omissões aprovados e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira - fase 4” – CP n.º 19/ 2017 – Suspensão dos trabalhos.

305 - Presente informação da DISU, com ref.^a LS-20.2018, propondo a aprovação da suspensão da empreitada de “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 4”, devido à necessidade de realizar trabalhos não previstos no contrato, nomeadamente a remodelação da rede de águas existente na Rua dos Bentos e Rua do Portel, incluindo os correspondentes nós de ligação com os arruamentos confluentes.

Considerando o período estimado para consignar a obra de “Execução da rede de abastecimento de água na Rua dos Bentos e na Rua do Portel – Fase 4 – CP N.º 03/2018” (30 dias), que acresce o prazo de execução do respectivo contrato (60 dias).

Considerando que todas as tarefas, cuja execução não se encontra condicionada pela realização da remodelação da rede de abastecimento de águas mencionada, estão concluídas desde o dia 27 de março de 2018.

Assim, apreciada a informação com ref.^a LS-20.2018, que fica anexa (Anexo 1) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara delibera aprovar a suspensão dos trabalhos da empreitada de “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 4”, adjudicada à firma “Construções António Leal, S.A.”, por um período estimado de 90 dias, com efeitos a partir do dia 28 de Março de 2018, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 297º do CCP, por “impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora do contraente público na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução”.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. “Requalificação da Rua Nova do Moínho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes - CP 22/2016” – Suspensão parcial dos trabalhos.

306 - Presente informação da DISU, com ref.^a SMV/08/2018, propondo a aprovação da suspensão parcial da empreitada de “*Requalificação da Rua Nova do Moínho de Cima e Infraestruturas de Saneamento dos Arruamentos Adjacentes*”, devido à necessidade de aprovação de trabalhos complementares, relativos à parcela do muro MV1, de modo a conformar as contrapartidas estabelecidas pelo proprietário, inerentes à cedência de terreno, ao mapa de trabalhos e de quantidades a realizar.

Considerando que de acordo com o plano de trabalhos, a componente da obra Sub-Capítulo 01.4 - Obras Acessórias, com uma duração de 70 dias, deveria ter iniciado no dia 13.02.2018.

Considerando que, até à presente data, os trabalhos supramencionados não foram aprovados.

Assim, apreciada a informação com ref.^a smv/08/2018, que fica anexa (**Anexo 2**) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara delibera aprovar a suspensão parcial dos trabalhos da empreitada de “*Requalificação da Rua Nova do Moínho de Cima e Infraestruturas de Saneamento dos Arruamentos Adjacentes*”, adjudicada à firma “*Construções Vieira Mendes, L.da*”, nomeadamente o Sub-Capítulo 01.4 - Obras Acessórias, por um período previsível de 90 dias, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2018, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 297º do Código dos Contratos Públicos, por “impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora do contraente público na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução”.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13. “Remodelação da rede de abastecimento de água na Rua Santa Isabel, Rua do Salgueiro e Rua D. João Pereira Venâncio – Concurso público n.º 11/2017” - Aprovação de trabalhos a menos.

307 - Presente informação da DISU, com a ref. LS-26/2018, através da qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 254,30€ (duzentos e cinquenta e quatro euros e trinta cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

Os trabalhos em causa, discriminados no mapa anexo, dizem respeito a quantidades que não foram utilizadas, nomeadamente por não serem necessárias para completar a solução preconizada em projeto.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a LS-26/2018, que fica anexa (**Anexo 3**) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 379º do CCP, aprovar trabalhos a menos da empreitada de “*REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO*”,

adjudicada à firma “**PINTO & BRÁZ, L.DA**”, no valor de 254,30€ (duzentos e cinquenta e quatro euros e trinta cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG – parte 04 – Concurso público n.º 01/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

308 - Presente Plano de Segurança e Saúde, apresentado pela firma adjudicatária “**CONTEC, SA**”, para a execução da obra “**AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG – PARTE 04**”.

Presente informação da DISU, com a ref.^a PG11/2018, que atesta a conformidade do Plano de Segurança e Saúde apresentado à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, e às restantes exigências legais aplicáveis.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a PG11/2018, que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “**AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG – PARTE 04**”, adjudicada à firma **CONTEC, SA.**, ao abrigo do disposto no art. 12º, n.º 1, do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

15. Req.º nº 693/18, datado de 09/04/2018 - Proc.º n.º 565/17, datado de 20/12/2017 - Ricardo José Germano Domingues

309 - Presente requerimento n.º 693/18, datado de 2018/04/09, constante do processo camarário n.º 565/17, subscrito por **Ricardo José Germano Domingues**, com o NIF 220083835, residente em rua dos Serradores, loteamento de Feteira, n.º 235, vivenda B, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de construção de “**Habitação unifamiliar, piscina e muros**”, incidente sobre um prédio rústico, sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7238 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 5783.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/04/09, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento da obra de construção de “*Habitação unifamiliar, piscina e muros*”, incidente sobre um prédio rústico, sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7238 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 5783, com o número de processo 565/17, com data de entrada em 2017/12/20, apresentado por Ricardo José Germano Domingues, com o NIF 220083835, residente em rua dos Serradores, loteamento de Feteira, n.º 235, vivenda B, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 82,80m², ao longo da frente do prédio confinante com as ruas Armando Filipe Teodósio Pereira e Dr. Artur Neto de Barros, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Planta de implantação sobre levantamento topográfico*”, com o número “*folha PD 02*”, datada de 9 de abril de 2018, entregue a coberto do requerimento n.º 693/18, datado de 2018/04/09, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. Req.º nº 616/18, datado de 26/03/2018 - Proc.º nº 534/17, datado de 30/11/2017 - YUDO EU, LDA

310 - Presente pedido com o registo n.º 616/18, datado de 26/03/2018, relativo a **licenciamento de ampliação de uma unidade industrial** sita na travessa 13 de Março, n.º 6, Amieirinha, a efetuar nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 9008, 9257, 8968 e 15647, inscrito o primeiro na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10494, e os restantes na matriz predial rústica sob os artigos números 10307, 2720 e 2723, respetivamente, todas da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 534/17, com data de entrada de 30/11/2017, apresentado por **YUDO EU, LDA**, com o NIF 508 102 650, com sede na travessa 13 de Março, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 464/15, apresentado a 10/12/2015, que obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 26/10/2016, deliberação favorável condicionada;

Presente informação técnica, datada de 07/04/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a licenciamento de ampliação de uma unidade industrial sita na travessa 13 de Março, n.º 6, Amieirinha, a efetuar nos prédios registados na

Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 9008, 9257, 8968 e 15647, inscrito o primeiro na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10494, e os restantes na matriz predial rústica sob os artigos números 10307, 2720 e 2723, respetivamente, todas da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 534/17, com data de entrada de 30/11/2017, apresentado por YUDO EU, LDA, com o NIF 508 102 650, com sede na travessa 13 de Março, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2- Executar a totalidade dos trabalhos necessários à correta conclusão da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. Req.º nº 624/18, datado de 27/03/2018 - Proc.º n.º 554/17, datado de 14/12/2017 - TRADILUSA - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

311 - Presente requerimento n.º 624/18, datado de 2018/03/27, constante do processo camarário n.º 554/17, subscrito por **TRADILUSA - Empreendimentos Imobiliários, Lda.**, com o NIPC 507186508, com sede em avenida do Vidreiro, n.º 156, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de edifício habitacional e muros de vedação**”, incidente sobre dois prédios sitos no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 20421 e 18700 e inscritos na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob os artigos número 20289-P e número 2614, respetivamente.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/04/10, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de edifício habitacional e muros de vedação**”, incidente sobre dois prédios sitos no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 20421 e 18700 e inscritos na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob os artigos número 20289-P e número 2614, respetivamente, com o número de processo 554/17, com data de entrada em 2017/12/14, apresentado por TRADILUSA - Empreendimentos Imobiliários, Lda., com o NIPC 507186508, com sede em avenida do Vidreiro, n.º 156, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE, incluindo a previsão da ampliação da infraestrutura da Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais Pluviais, face à não existência dessa rede na proximidade do prédio, de modo a garantir a drenagem superficial das águas provenientes das coberturas da edificação e dos pavimentos envolventes.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 650,00m2, ao longo da frente do prédio confinante com a rua do Corgo Sul e travessa do Corgo

Sul, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E MURO FRONTAL”, com o “N.º 1A”, datada de “Mar. 2018”, entregue a coberto do requerimento n.º 624/18, datado de 2018/03/27, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Req.º nº 502/18, datado de 13/03/2018 - Proc.º n.º 521/17, datado de 23/11/2017 - ILIMOLDES - Fabrico de Moldes Metálicos, Unipessoal, Lda.

312 - Presentes pedidos com o registo n.º 240/18, datado de 08/02/2018 e 502/18, datado de 13/03/2018, relativos a **legalização e ampliação de edifício destinado a indústria**, sito na rua Direita, n.º 14, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5179, omissa na matriz predial urbana, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 521/17, com data de entrada de 23/11/2017, apresentado por **ILIMOLDES - Fabrico de Moldes Metálicos, Unipessoal, Lda**, com o NIPC 505 646 013, com sede na rua Direita, n.º 14, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 5/02/2018;

Presente processo de regularização extraordinária com o n.º 1/16, apresentado pelo mesmo requerente no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aprovado condicionalmente em conferência decisória realizada a 8 de maio de 2017;

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos - Construção, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente a 26/01/2018;

Presente informação técnica, datada de 28/03/2018, que atesta encontrar-se o processo apresentado em condições de ser aprovado;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo a legalização e ampliação de edifício destinado a indústria, sito na rua Direita, n.º 14, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5179, omissa na matriz predial urbana, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 521/17, com data de entrada de 23/11/2017, apresentado por ILIMOLDES - Fabrico de Moldes Metálicos, Unipessoal, Lda, com o NIPC 505 646 013, com sede na rua Direita, n.º 14, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.

Delibera, igualmente, informar que o passeio a executar pelo requerente, nos termos expressos no presente processo, deverá ser executado em blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura, podendo, na zona de entrada de veículos, ser rebaixado e executado em blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,08m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,20 m de espessura, devendo o lancil ser em betão pré-fabricado com uma espessura mínima de 0,15 m.

Mais delibera informar que o licenciamento industrial se encontra condicionado, nos termos constantes na ata da conferência decisória efetuada a 8 de maio de 2017 no

âmbito do processo de regularização extraordinária n.º 1/16, ao cumprimento da legislação ambiental vigente, sendo que a entidade coordenadora deste licenciamento é a Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos do Sistema de Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, por se tratar de uma indústria do tipo 3.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Req.º nº 231/18, datado de 07/02/2018 - Proc.º n.º 36/18, datado de 07/02/2018 - NOVA PLASTESTE S.A.

313 - Presente pedido com os registos n.º 231/18, datado de 7/02/2018, e 433/18, datado de 5/03/2018, relativo a **legalização de alterações em unidade industrial**, sita na rua de França, no lote 29 da zona industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9391 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19715, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 36/18, com data de entrada de 7/02/2018, apresentado por **NOVA PLASTESTE S.A.**, com o NIPC 508 503 310, com sede na Zona Industrial da Marinha Grande, rua de França, Lote 29, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente processo de regularização extraordinária, apresentado no âmbito do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas, com a referência n.º 437/15, de 24/11/2015, aprovado em conferência decisória realizada a 8/08/2016;

Presente informação técnica, datada de 28/03/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alterações em unidade industrial**, sita na rua de França, no lote 29 da zona industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9391 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19715, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 36/18, com data de entrada de 7/02/2018, apresentado por **NOVA PLASTESTE S.A.**, com o NIPC 508 503 310, com sede na Zona Industrial da Marinha Grande, rua de França, Lote 29, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Req.º nº 480/18, datado de 09/03/2018 - Proc.º nº 115/17, datado de 30/03/2017 - Pedro Jorge Barbeiro Pereira

314 - Presente requerimento nº 480/18, datado de 2018/03/09, constante do processo camarário nº 115/17, subscrito por **Pedro Jorge Barbeiro Pereira**, com o NIF 204036585, residente em rua do Valigoto, nº 9, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Demolição de construções existentes, legalização e alteração de edifício e construção de muro”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida 1.º de Maio, freguesia e concelho de Marinha Grande, omissa na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo nº 8.398, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/07/28.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2018/04/03, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Demolição de construções existentes, legalização e alteração de edifício e construção de muro”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida 1.º de Maio, freguesia e concelho de Marinha Grande, omissa na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo nº 8.398, com o número de processo 115/17, com data de entrada em 2017/03/30, apresentado por Pedro Jorge Barbeiro Pereira, com o NIF 204036585, residente em rua do Valigoto, nº 9, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Os entulhos provenientes da demolição, nomeadamente alvenarias e outros materiais não recuperáveis, deverão ser devidamente encaminhados, sendo obrigatório efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD), de acordo com o modelo constante no Anexo II do Decreto-Lei nº 46/2008, de 12/03, sendo que o transporte de resíduos de construção e demolição, acompanhado das respetivas guias de acompanhamento de resíduos, de acordo com os modelos constantes no Anexo I ou II da Portaria nº 417/2008, de 11/06.

2. Execução de passeio público na extensão total do prédio confinante com a avenida 1.º de Maio, com a largura de 1,70m, em calçada miúda de calcário, bem como gare destinada a estacionamento com a largura de 2,25, em calçada grossa de calcário.

3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 39,50m², ao longo da frente do prédio confinante com a avenida 1.º de Maio, conforme configuração constante da peça gráfica número “1.2A”, datada de junho de 2017, entregue a coberto do requerimento nº 1011/17, datado de 2017/06/09, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º nº 392/18, datado de 27/02/2018 - Proc.º nº 28/18, datado de 27/02/2018 - Maria de Fátima Serra das Neves Filipe

315 - Presente pedido com o registo n.º 392/18, datado de 27/02/2018 relativo a **legalização de ampliações e instalação de centro de dia em edifício existente**, localizado na rua da Portela, n.º 16, Portela, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9285 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7687, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 28/18, com data de entrada de 27/02/2018, apresentado por **Maria de Fátima Serra das Neves Filipe**, com o NIF 133 545 873, residente na avenida da Liberdade, bloco R, 2º Esq., freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presentes pareceres favoráveis da Administração Regional da Saúde do Centro, I.P. (ARS), datado de 25/08/2017, do Instituto da segurança Social, I.P. (ISS), datado de 7/12/2017 e da Autoridade Nacional de Proteção Civil, (ANPC), datado de 23/01/2018;

Presente informação técnica, datada de 09/04/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de ampliações e instalação de centro de dia em edifício existente, localizado na rua da Portela, n.º 16, Portela, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9285 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7687, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 28/18, com data de entrada de 27/02/2018, apresentado por Maria De Fátima Serra Das Neves Filipe, com o NIF 133 545 873, residente na avenida da Liberdade, bloco R, 2º Esq., freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º nº 1632/17, datado de 19/09/2017 - Proc.º nº 39/17, datado de 06/02/2017 - Ana Maria Roldão Barros Delgado Marcelino

316 - Presente requerimento n.º 1632/17, datado de 2017/09/19, constante do processo camarário n.º 39/17, subscrito por **Ana Maria Roldão Barros Delgado Marcelino**, com o NIF 116502932, residente em rua Eiffel 13, 5.º Dt., Lisboa, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Demolição de barracão”** e **“Construção e consolidação de muros”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 73, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 10390 e inscrito na matriz sob o artigo número 14211.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2017/10/19, que refere que o projeto apresentado se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Demolição de barracão*” e “*Construção e consolidação de muros*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 73, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 10390 e inscrito na matriz sob o artigo número 14211, com o número de processo 39/17, com data de entrada em 2017/02/06, apresentado por Ana Maria Roldão Barros Delgado Marcelino, com o NIF 116502932, residente em rua Eiffel 13, 5.º Dt., Lisboa, – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Os materiais provenientes da demolição, deverão ser devidamente encaminhados, com obrigatoriedade de efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD), de acordo com o modelo constante no Anexo II do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03. O transporte de resíduos de construção e demolição, deverá efetuar-se com as respetivas guias de acompanhamento de resíduos, de acordo com os modelos constantes no Anexo I ou II da Portaria n.º 417/2008, de 11/06.
2. Os muros de vedação a consolidar e a construir, junto das extremas limites do “Lote C”, não excederem a altura máxima de 1,50m (0,80m de altura em alvenaria e 0,70m de altura em gradeamento), conforme prevê o artigo 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº 1677/17, datado de 26/09/2017 - Proc.º n.º 120/17, datado de 31/03/2017 - José Manuel Pereira de Carvalho

317 - Presente requerimento n.º 1677/17, datado de 2017/09/26, constante do processo camarário n.º 120/17, subscrito por **José Manuel Pereira de Carvalho**, com o NIF 145398102, com domicílio fiscal em rua das Carregueiras, n.º 59, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de “**Legalização da construção de um muro de vedação**”, incidente sobre um prédio rústico sito na rua dos Valados, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20221 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 8604.

Presentes pareceres técnicos dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Legalização da construção de um muro de vedação”*, incidente sobre um prédio rústico sito na rua dos Valados, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20221 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 8604, com o número de processo 120/17, com data de entrada em 2017/03/31, apresentado por José Manuel Pereira de Carvalho, com o NIF 145398102, com domicílio fiscal em rua das Carregueiras, n.º 59, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. O muro de vedação a executar deverá garantir um alinhamento de 5,00m ao eixo da rua dos Valados, não podendo exceder a altura de 1,50m.
2. Apresentação até à emissão do respetivo alvará de obras de construção, de peça gráfica em substituição ao *“Desenho n.º 1.00B”*, prevendo a área de cedência para domínio público da faixa de terreno ao longo da rua dos Valados, bem como certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº 465/18, datado de 07/03/2018 - Proc.º n.º 507/16, datado de 12/12/2016 - Ramiro Alberto dos Santos Palma e Maria Teresa Xarepe Madeira

318 - Presente pedido com o registo n.º 465/18, datado de 07/03/2018, relativo ao processo de licenciamento de **alterações e ampliação de edifício e muros, construção de anexo e alteração de uso para comércio ou serviços** de um edifício sito na rua da Linha, n.º 8, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16547 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18998-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 507/16, com data de entrada de 12/12/2016, apresentado por **Ramiro Alberto dos Santos Palma** com o NIF 176 990 020, e por **Maria Teresa Xarepe Madeira**, com o NIF 204 101 310, ambos residentes na rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 30, fração I, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 07/09/2017;

Presente informação técnica, datada de 9/04/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 10/04/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo de licenciamento de **alterações e ampliação de edifício e muros, construção de anexo e alteração de uso para comércio ou serviços** de um edifício sito na rua da Linha, n.º 8, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha

Grande sob o n.º 16547 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18998-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 507/16, com data de entrada de 12/12/2016, apresentado por Ramiro Alberto dos Santos Palma com o NIF 176 990 020, e por Maria Teresa Xarepe Madeira, com o NIF 204 101 310, ambos residentes na rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 30, fração I, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º nº 2194/17, datado de 27/12/2017 - Proc.º n.º 570/17, datado de 27/12/2017 - Sossego do Avozinho Lda.

319 - Presente pedido com o registo n.º 2194/17, datado de 27/12/2017, relativo a **emissão de licença de exploração de parque de armazenagem de garrafas** - GPL em taras, para reservas comerciais existente, sito na rua de Leiria, Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4883 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2937, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 570/17, com data de entrada de 27/12/2017, apresentado por **Sossego do Avozinho Lda.**, com o NIPC 507 928 393, com sede no Lameiro, freguesia de Monte Real e Carvide e concelho de Leiria, anteriormente titulada pelo alvará n.º 1701/C, emitido pela Direção Regional da Economia do Centro;

Presente informação técnica, datada de 07/04/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 1 do artigo 13º do Decreto-Lei 267/2001, de 26 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei 389/2007, de 30 de novembro, o pedido de emissão de licença de exploração de parque de armazenagem de garrafas - GPL em taras, para reservas comerciais existente, sito na rua de Leiria, Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4883 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2937, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 570/17, com data de entrada de 27/12/2017, apresentado por Sossego do Avozinho Lda., com o NIPC 507

928 393, com sede no Lameiro, freguesia de Monte Real e Carvide e concelho de Leiria, ficando a emissão da licença de exploração condicionada à realização de vistoria final, a efetuar nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 12º do mesmo diploma legal.

Mais delibera informar que a vistoria final deve ser solicitada pelo promotor, nos termos do n.º 6 daquele diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. Req.º nº 2175/17, datado de 20/12/2017 - Proc.º n.º 568/17, datado de 20/12/2017 - Vidrala Logistics, Unipessoal Lda.

320 - Presente pedido com o registo n.º 2175/17, datado de 20/12/2017, relativo a **licenciamento da instalação de um posto de abastecimento de combustíveis e telheiro de apoio**, no prédio sito na Charneca da Garcia, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15160 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 5741 e n.º 5740, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 568/17, com data de entrada de 20/12/2017, apresentado por **Vidrala Logistics, Unipessoal Lda.**, com o NIPC 500 144 770, com sede na rua Charneca da Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente parecer favorável do Instituto da Soldadura e Qualidade (ISQ), datado de 29/11/2017;

Presente informação técnica, datada de 10/04/2018, que atesta encontrar o processo em condições de ser deferido;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a instalação de um posto de abastecimento de combustíveis e telheiro de apoio, no prédio sito na Charneca da Garcia, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15160 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 5741 e n.º 5740, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 568/17, com data de entrada de 20/12/2017, apresentado por Vidrala Logistics, Unipessoal Lda., com o NIPC 500 144 770, com sede na rua Charneca da Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Deliberou, igualmente, informar a empresa requerente que a obtenção da respetiva licença de exploração se encontra condicionada à realização da vistoria final a que se refere o art.º 14º da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007 de 30 de novembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Req.º nº 1669/17, datado de 25/09/2017 - Proc.º n.º 481/2017, datado de 25/09/2017 - José Jacinto Ferreira

321 - Presente Participação da Fiscalização n.º 59/2016, respeitante à verificação da construção de um muro de vedação junto à via pública e um outro entre estremas,

executados em prédio sito no Beco da Restauração, n.º 12, freguesia e concelho de Marinha Grande, sem o competente licenciamento municipal, a que foi atribuído o número de processo camarário 57/17;

Presente informação dos serviços de fiscalização, em aditamento à referida participação, na sequência de reclamação apresentada, a informar, para além das obras descritas na Participação supra, a execução de trabalhos de construção de anexo, em prédio sito na Rua da Restauração, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, a que foi atribuído o número de processo camarário 481/2017;

Presente parecer dos serviços, bem como despacho do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização de vistoria aos imóveis, de acordo com o disposto nos artigos 93.º e 94.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, por forma a permitir a verificação concreta das obras executadas e em execução, bem como a recolha de informação suficiente para determinação das medidas de tutela e restauração da legalidade urbanística adequadas à situação;

A Câmara, após análise dos documentos e informações, delibera, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, designar a composição da comissão que efetuará a vistoria às edificações sitas no Beco da Restauração, n.º 12 e na Rua da Restauração, n.º 2, freguesia de concelho de Marinha Grande, executadas por José Jacinto Ferreira, com morada em Rua da Restauração, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. Req.º nº 637/18, datado de 28/03/2018 - Proc.º nº 267/2018, datado de 28/03/2018 - Ana Cristina da Costa Morais Roldão de Aguiar Enes

322 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Ana Cristina da Costa Morais Roldão de Aguiar Enes**, com o NIF 119867443, residente na Rua Morais Soares, 105, 5.º Dtº, freguesia de Arroios, concelho de Lisboa, respeitante ao edifício sito na Rua Alexandre Herculano, n.º 11-13,

freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.855 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.713.

Presente parecer técnico datado de 09/04/018, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).

- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.

- De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais os prédios urbanos ou frações autónomas localizados em áreas de reabilitação urbana beneficiam dos seguintes incentivos:

- a) Isenção do imposto municipal sobre imóveis por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente;
- b) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;
- c) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente;

- Para que possam aceder a estes benefícios, devem ser preenchidas, cumulativamente, as seguintes condições, previstas no n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

- a) Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, ou do regime excecional do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril;
- b) Em consequência da intervenção prevista na alínea anterior, o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro, sem prejuízo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.

- Nos termos do n.º 4 do artigo 45.º do mesmo diploma, *“O reconhecimento da intervenção de reabilitação para efeito de aplicação do disposto no presente artigo deve ser requerido conjuntamente com a comunicação prévia ou com o pedido de licença da operação urbanística, cabendo à câmara municipal competente ou, se for o caso, à entidade gestora da reabilitação urbana, comunicar esse reconhecimento ao serviço de finanças da área da situação do edifício ou fração, no prazo máximo de 20 dias a contar da data da determinação*

do estado de conservação resultante das obras ou da emissão da respetiva certificação energética, se esta for posterior.”

- O disposto no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, ordenada pela Câmara Municipal, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012. A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

A Câmara Municipal delibera:

Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito em Rua Alexandre Herculano, n.º 11-13, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.855 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.713, propriedade de Ana Cristina da Costa Morais Roldão de Aguiar Enes, com o NIF 119867443, residente na Rua Morais Soares, 105, 5.º Dtº, freguesia de Arroios, concelho de Lisboa, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 03/05/2018, pelas 10:00, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

**Arquiteto Miguel Figueiredo
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheiro Rui Vicente**

Membros suplentes:

**Arquiteta Margarida Abraúl
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheira Cristina Silva**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**29. Req.º nº 650/18, datado de 02/04/2018 - Proc.º nº 114/18, datado de 02/04/2018 -
Telmo João Ventura Antunes Armindo e Amélia Emília Pereira da Silva Figueiredo**

323 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a

benefícios fiscais, solicitado por **Telmo João Ventura Antunes Armindo**, com o NIF 229622585, residente na Rua Ilha do Pico, n.º 27, 1.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande e por **Amélia Emília Pereira da Silva Figueiredo**, com o NIF 201271575, residente na Rua D. João Pereira Venâncio, Lote 4, 2.º D, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício sito na Rua Marquês de Pombal, n.º 59, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.718 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19.

Presente parecer técnico datado de 09/04/018, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).

- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.

- De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais os prédios urbanos ou frações autónomas localizados em áreas de reabilitação urbana beneficiam dos seguintes incentivos:

- a) Isenção do imposto municipal sobre imóveis por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente;
- b) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;
- c) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente;

- Para que possam aceder a estes benefícios, devem ser preenchidas, cumulativamente, as seguintes condições, previstas no n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

- a) Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, ou do regime excecional do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril;
- b) Em consequência da intervenção prevista na alínea anterior, o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro, sem prejuízo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.

- Nos termos do n.º 4 do artigo 45.º do mesmo diploma, *“O reconhecimento da intervenção de reabilitação para efeito de aplicação do disposto no presente artigo deve ser requerido conjuntamente com a comunicação prévia ou com o pedido de licença da operação urbanística, cabendo à câmara municipal competente ou, se for o caso, à entidade gestora da reabilitação urbana, comunicar esse reconhecimento ao serviço de finanças da área da situação do edifício ou fração, no prazo máximo de 20 dias a contar da data da determinação do estado de conservação resultante das obras ou da emissão da respetiva certificação energética, se esta for posterior.”*

- O disposto no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, ordenada pela Câmara Municipal, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012. A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

A Câmara Municipal delibera:

Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito na Rua Marquês de Pombal, n.º 59, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.718 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19, propriedade de Telmo João Ventura Antunes Armindo, com o NIF 229622585, residente na Rua Ilha do Pico, n.º 27, 1.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande e de Amélia Emília Pereira da Silva Figueiredo, com o NIF 201271575, residente na Rua D. João Pereira Venâncio, Lote 4, 2.º D, freguesia e concelho da Marinha Grande, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 03/05/2018, pelas 11:00, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

**Arquiteto Miguel Figueiredo
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheiro Rui Vicente**

Membros suplentes:

**Arquiteta Margarida Abraúl
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheira Cristina Silva**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. Req.º nº 15/18, datado de 05/01/2018 - Proc.º nº 9/2018, datado de 05/01/2018 - José Manuel Alves Lourenço e Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço

324 - Presentes requerimentos registados sob os n.º 15/18 e n.º 29/18, datados de 05/01/2018 e de 09/01/2018, respetivamente, apresentados José Manuel Alves Lourenço, com o NIF 200113534, e por Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço, com o NIF 208824502, residentes em Rua de Oeiras, n.º 165, 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de proprietários da fração “D” do prédio sito na Rua de Oeiras, n.º 165, através do qual é solicitada uma vistoria, face à existência de diversas infiltrações, em toda a parede virada a oeste, alegadamente causadas pelo mau isolamento da parede exterior, causando graves dificuldades de utilização de algumas das divisões do apartamento, assim como a existência de infiltrações na garagem, provenientes alegadamente do terraço do rés-do-chão direito.

Presente deliberação camarária tomada na reunião de 26/01/2018, a determinar a realização de vistoria, ns termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, ao imóvel sito na Rua de Oeiras, n.º 165, 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, requerida por José Manuel Alves Lourenço, com o NIF 200113534, e por Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço, com o NIF 208824502, residentes na mesma morada, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas, assim como promover a identificação de eventuais edificações ilegais.

Presente Auto de Vistoria, datado de 08/02/2018, referente à vistoria realizada em 08/02/2018, a enquadrar o estado em que se encontrava o referido imóvel.

Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, referente ao imóvel sito em Rua de Oeiras, n.º 165, 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de José Manuel Alves Lourenço, com o NIF 200113534, e por Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço, com o NIF 208824502, residentes na mesma morada, a Câmara delibera:

NOTIFICAR o condómino incumbido da administração de condomínio, identificado como Duarte Nuno Gomes Pires Antunes, com morada em Rua de Oeiras, n.º 165, 2.º Esq, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, para, no prazo de 30 dias, promover a execução dos trabalhos necessários a sanar as deficiências verificadas pela Comissão de Vistorias, nomeadamente:

1- No que se reporta às infiltrações detetadas no teto e paredes da habitação da fração “D”, não sendo possível aferir qual a sua proveniência, deverá em primeiro lugar proceder-se a uma prospeção ao longo das paredes, acima e abaixo da laje em causa, de modo a identificar a sua origem, só após o que se poderão estabelecer estratégias ou propostas de intervenção.

2- No que se refere à infiltração na cave, bastará instalar, à volta do tubo de queda, um rufo ou saia que cubra e isole convenientemente o terraço na interseção deste com o tubo.

3- Quanto às áreas cobertas de fungos nas paredes exteriores, estas poderão ser minimizadas ou anuladas com a aplicação, pelo interior ou pelo exterior (de

preferência) de placas de isolamento térmico do tipo “wallmate” ou capoto, respetivamente.

Delibera, ainda, notificar os reclamantes, bem como o proprietário da fração “A”, correspondente ao rés-do-chão direito, do teor do Auto de Vistoria, solicitando, ainda, que este último informe os serviços da Autarquia, no prazo de 15 dias, sobre o licenciamento do telheiro existente sobre o terraço da sua fração, com uma área de 20,0 m2, aproximadamente, executado com uma estrutura reticulada de madeira e coberto por telha cerâmica lusa dado que não consta, nos elementos relativos ao licenciamento do edifício, qualquer referência ao mesmo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. E/2689/2018 – Reclamação Sanitária – Rua Vasco da Gama, fração 9 - Estação - Marinha Grande

325 - Presente ofício n.º 134, datado de 16/03/2018, remetido pela Unidade de Saúde Pública-Serviço Local da Marinha Grande, registado sob o n.º E/2689/2018, datado de 19/03/2018, respeitante a reclamação apresentada por Paulo Alexandre da Assunção Lourenço, na qualidade de arrendatário do imóvel sito na Rua Vasco da Gama, Fração 9, freguesia e concelho de Marinha Grande, solicitando a colaboração da Autarquia para realização de uma vistoria conjunta ao referido imóvel, é solicitada uma vistoria ao imóvel face à alegada existência de infiltrações no mesmo e consequente ausência de condições de segurança, higiene e salubridade.

Presente parecer dos serviços, datado de 04/04/2018, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 04/04/2018, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua Vasco da Gama, Fração 9, freguesia e concelho de Marinha Grande para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário e pelo arrendatário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 02/05/2018, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Dr. Hugo Areal

NOTIFICAR o reclamante Paulo Alexandre da Assunção Lourenço, bem como o proprietário do imóvel, António Francisco Pedrosa, identificado no ofício remetido pela Unidade de Saúde Pública - Serviço de Saúde Pública da Marinha Grande, da realização da vistoria, convocando-os para estarem presentes na mesma.

INFORMAR a Unidade de Saúde Pública - Serviço de Saúde Pública da Marinha Grande da data de realização de vistoria, por forma a designarem um representante a estar presente na mesma.

INFORMAR o reclamante, bem como o proprietário do imóvel, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. E/2402/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

326 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/2402/2018, datado de 09/03/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua Joaquim Carvalho de Oliveira n.º 12, e Avenida José Gregório, n.º 31**, ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 13,00 metros.

Presentes pareceres técnicos da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datados de 20/03/2018 e de 26/03/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 27/03/2018 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer **FAVORÁVEL** ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 10,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Joaquim Carvalho de Oliveira n.º 12, e Avenida José Gregório, n.º 31, ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Todos os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) A reposição de pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessura iguais às existentes, podendo os serviços da Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário;
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição

- de equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetadas e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
 - e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Protocolo de Colaboração Entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município da Marinha Grande - Aprovação de Minuta

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** questionou a razão pela qual o protocolo prevê uma verba de 160.000,00€; se a Câmara Municipal reclamou por uma verba superior e o que vai a Câmara fazer com esta verba.

O **Sr. Vice-Presidente** solicitou a presença da **Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes**, que esclareceu as dúvidas e informou que é um protocolo para assinar com 63 concelhos, na próxima quinta-feira, dia 19/04/2018, na CCDR, e o valor foi proposto pela APA. A Câmara não reclamou qualquer valor diferente. Também ainda não estão definidas as ações a que a verba se destina.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** insistiram que é preciso saber se a verba é igual para todos os concelhos, pois o nosso foi muito fustigado.

Seguidamente o Sr. Vice-Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

327 - Presente minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município da Marinha Grande, que visa regular os termos e condições de natureza operacional a promover entre aquela entidade e esta Autarquia, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2018, de 7 de fevereiro.

A Câmara Municipal, depois de analisar a referida minuta e concordando com os seus termos, delibera, ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar o teor da minuta de protocolo de colaboração, a celebrar entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município da Marinha Grande, que visa regular os termos e condições de natureza operacional a promover entre aquela entidade e esta Autarquia, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2018, de 7 de fevereiro, que autorizou diversas entidades a realizar, para o ano de 2018, despesas com a prevenção e o combate de incêndios, nomeadamente em matéria de financiamento das intervenções urgentes e inadiáveis de regularização fluvial.

Mais delibera nomear a **Dr.ª Inês Marrazes**, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território - DOT, como interlocutora do Município da Marinha Grande, cuja missão consistirá em promover e acompanhar a execução do protocolo, tal como consta da cláusula 5.ª da referida minuta.

Mais se delibera solicitar esclarecimentos à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. quanto aos critérios que estiveram na base da definição do montante em apreço, se a verba disponibilizada é igual para todos os municípios e se a atribuição do subsídio teve em conta a extensão do território afetado e onde o mesmo deve ser aplicado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. Execução de obras de conservação em edificação degradada, sita na Rua Adolfo Leitão, n.º 18 e Rua das Amoreiras (tardoz) em S. Pedro de Moel

328 - Presente auto de vistoria elaborado na sequência da vistoria realizada a 03-04-2018 a uma edificação sita na Rua Adolfo Leitão, n.º 18 e Rua das Amoreiras (tardoz) em S. Pedro de Moel, que descreve o seu mau estado de conservação e as obras necessárias para correção das más condições de segurança.

Analísado o auto, datado de 05-04-2018, produzido pela comissão de vistoria nomeada por deliberação camarária de 19-03-2018, cuja fundamentação passa a fazer parte integrante da presente deliberação e que se anexa (Anexo 5), e atendendo ao mau estado de conservação em que a edificação, sita na Rua Adolfo Leitão, n.º 18 e Rua das Amoreiras (tardoz), São Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande, se encontra, que põe em causa a segurança de pessoas e bens, a Câmara Municipal determina, ao abrigo do n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, que a cabeça de casal da herança aberta por óbito de José Manuel Roldão, de que faz parte o referido imóvel, Adelina Maria Antunes Ferreira da Silva Roldão, residente na Rua D. Luísa de Gusmão, n.º 14 - 3.º esq., Lisboa, execute, no prazo de 60 dias, a contar da data da notificação da presente deliberação, as obras de conservação, devidamente descritas naquele auto, necessárias à correção das más condições de segurança.

Mais delibera informar a cabeça de casal que a não conclusão das referidas obras no prazo fixado, constitui, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do diploma citado, contraordenação, punível, de acordo com o n.º 4 do mesmo artigo, com coima graduada de 500 euros até máximo de 100 000 euros.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO

35. Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel – Buraco no pavimento - Rua das Rosas Silvestres - Requerente: Luís Filipe Santos Soares – Apreciação de alegações – Proposta de deferimento

329 - A Sr^a. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento apresentado em 31-05-2017, de Luís Manuel Santos Soares, no qual descreve as circunstâncias em que ocorreu um incidente com o veículo que conduzia, no passado dia 15-05-2017, de matrícula 55-IO-37, marca BMW, na Rua das Rosas Silvestres, Picassin, instruído com cópias do orçamento da reparação dos danos, no valor de 298,28€, que imputa ao Município.

Presente participação da PSP-Polícia de Segurança Pública elaborada após o requerente, dois dias depois do incidente, ter efetuado a participação do mesmo na Esquadra.

Presentes informações da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos sobre os factos relatados pelo requerente.

Presente Informação jurídica n.º I/2051/2017-FO, de 13-10-2017, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se concluiu pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto do nexo de causalidade entre o eventual facto ilícito imputável ao município e o dano reclamado pelo requerente.

Presente deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 13-11-2017, que determinou a realização e audiência prévia ao requerente, sobre o projeto de indeferimento do seu pedido.

Presente notificação de audiência prévia do requerente efetuada pelo ofício nº S/4546/2017, de 17-11-2017.

Presentes alegações do requerente apresentadas, tempestivamente, em 06-12-2017, com registo E/10946/2017.

Presente informação de reapreciação dos factos efetuada pela DISU em 18-01-2018.

Presente Informação jurídica I/183/2018, de 23-01-2018, na qual se reapreciaram os factos e as provas produzidas e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas no domínio dos atos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, Luís Filipe Santos Soares, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/183/2018 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 6), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 298,28€ (duzentos e noventa e oito euros e vinte e oito cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Luís Filipe Santos Soares, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais delibera informar o lesado, Luis Filipe Santos Soares, que aquando do recebimento do montante desta indemnização deve fazer-se acompanhar do original do recibo comprovativo do pagamento da fatura da reparação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

AÇÃO SOCIAL

36. Habitação social - Praceta da Liberdade, bloco 3, 3.º drtº. Casal do Malta - Transmissão ope legis por falecimento da titular Anabela Mendes Ferreira - José Manuel Ferreira Borges - Falta de uso do locado e falta de pagamento das rendas - Incêndio no locado - Projeto de resolução do contrato de arrendamento - Audiência prévia.

330 - A Sr.^a Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente parecer jurídico I/818/2018, de 28-03-2018, que aqui se dá, para todos os legais efeitos, como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 7**), que apreciou os factos e as provas produzidas e conclui:

- Que o arrendatário não reúne condições pessoais para manter o arrendamento, com todos os deveres que o mesmo implica, revelando-se incapaz de manter o locado em condições de segurança, de higiene e de salubridade, constituindo um risco para si próprio e para terceiros e necessitando, por isso, e cuidados especializados.
- Que os serviços municipais não conhecem ao arrendatário quaisquer rendimentos necessários à sua subsistência, de forma autónoma e independente.
- Que estão preenchidos os requisitos legais e regulamentares para que seja acionada a resolução do contrato de arrendamento titulado por José Manuel Ferreira Borges, da habitação social sita na Praceta da Liberdade, Bloco 3, 3.º Drtº., Casal do Malta, Marinha Grande, nos termos do previsto nas alíneas a), e), h, m) e n) do n.º 1 do art.º 32.º do Regulamento e alíneas b), c), e e) do n.º 1 do art.º 24.º e alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 81/2014;
- Que estão prescritas, por força da alínea b) do art.º 310.º, do Código Civil, todas as rendas com mais de 5 anos contados da data do respetivo vencimento.
- Que todas as rendas em dívida foram indevidamente emitidas em nome da primitiva titular do contrato de arrendamento, Anabela Mendes Ferreira, mãe do arrendatário e falecida já em 1 de setembro de 2003, por erro dos serviços municipais que não formalizaram a transferência da titularidade do arrendamento, ainda que, de facto, o filho mais velho e membro do agregado familiar tenha assumido, *ope legis*, essa posição contratual.
- Que por esta razão, devem ser anuladas todas as rendas emitidas.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação I/818/2018 e considerando que:

- a) O arrendatário José Manuel Ferreira Borges sucedeu, *ope legis*, a sua mãe, Anabela Mendes Ferreira, na posição de titular do contrato de arrendamento, após o falecimento da mesma em 1 de setembro de 2003;**
- b) O arrendatário, José Manuel Ferreira Borges, não cumpre, de forma reiterada e grave, com os seus mais elementares deveres para com o locado, designadamente o de pagamento da renda desde agosto de 2009 até esta data, o dever de utilizar a habitação em permanência e o dever de a manter em condições, mínimas, de segurança e de habitabilidade, pois não só a deixou degradar, como contribuiu para a cessação de todos os contratos de fornecimento de serviços públicos essenciais, como água, gás e eletricidade, há vários anos;**

- c) A inexistência destes bens essenciais à vida humana na habitação, imprescindíveis à sua higienização e salubridade e à realização de uma real e verdadeira economia doméstica, é incompatível com uma correta e prudente utilização da mesma e com a manutenção do arrendamento. A este propósito importa lembrar que o conceito de «residência permanente», inerente à manutenção do arrendamento, exige que a ocupação da habitação revele: estabilidade, habitualidade, continuidade e o estabelecimento do centro de vida familiar (cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa de 12-06-2007, 1418/2007-1), realidades estas que no caso do arrendatário, são inexistentes.
- d) O incumprimento daqueles deveres constitui fundamento para a resolução definitiva do contrato de arrendamento, pela Câmara Municipal, nos termos dos artigos 1083.º, n.º 2, alínea a) e n.º 3, do C.C., 25.º, n.º 1, das Lei n.º 81/2014, e ainda do previsto no art.º 32.º, n.º 1, alíneas a), e), h), m) e n) do Regulamento de Atribuição, de Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande;
- e) Todas as rendas emitidas entre agosto de 2009 e o corrente mês, em nome da primitiva titular do contrato de arrendamento, Anabela Mendes Ferreira, falecida em 01-09-2003, devem ser anuladas pelos serviços competentes, por terem sido incorretamente emitidas e não serem suscetíveis de cobrança coerciva, nessas condições;
- f) O prazo de prescrição das rendas habitacionais é de 5 anos a contar da data do seu vencimento, nos termos da alínea b) do art.º 310.º, Código Civil, pelo que todas as rendas que tenham vencido para além deste prazo, encontram-se prescritas, como é o caso das relativas aos meses de agosto de 2009 a abril de 2013;
- g) A dívida das rendas em atraso perfaz, atualmente, o montante de 750,00€, correspondente aos últimos 60 meses entre maio de 2013 e abril de 2018, inclusivé, rendas estas que o arrendatário não tem condições de pagar;
- h) A habitação em causa carece de obras urgentes de reabilitação e beneficiação, para a dotar novamente das condições necessárias e aptas ao fim habitacional a que a mesma se destina;
- i) O arrendatário não reúne condições pessoais para manter o arrendamento, quer por inexistência de qualquer tipo de rendimentos imprescindíveis à sua subsistência (não são conhecidos dos serviços municipais) quer por razões de saúde e de ordem psicológica, razão pela qual tem vindo a residir, desde que saiu do presídio em 2015, com o seu tio;
- j) A manutenção do arrendamento, nas atuais condições, revela-se um risco para o próprio arrendatário e para outros moradores do prédio e bens neste existentes;
- k) A habitação social constitui um bem escasso do Município essencial e imprescindível ao alojamento dos muitos agregados familiares de fracos recursos económicos existentes no concelho, o que torna insustentável e inexigível a manutenção do contrato de arrendamento nas condições atrás mencionadas;

- l) O arrendatário carece de ajuda especializada concomitante com a produção dos efeitos da resolução do contrato de arrendamento,**

Delibera, ao abrigo da competência conferida pelo n.º 2 do art.º 32.º do citado Regulamento, notificar o arrendatário, José Manuel Ferreira Borges, residente na Praceta da Liberdade, Bloco 8, 2.º Dto, Casal do Malta, Marinha Grande, que pelas razões de facto e de direito atrás invocadas, é sua intenção exercer o direito de resolução do contrato de arrendamento celebrado com este Município, fixando-se em 30 dias o prazo para proceder à desocupação da habitação e à entrega voluntária da mesma e das respetivas chaves, nesta Câmara Municipal.

Fica ainda notificado de que, nos termos do n.º 3 do art.º 30.º e dos n.ºs. 3 a 5 do art.º 32.º, ambos do mesmo citado Regulamento:

- a) O incumprimento voluntário da obrigação de desocupação e entrega da habitação no prazo supra fixado, terá por consequência a tomada de posse da habitação, pelo Município, considerando-se abandonados a favor deste, quaisquer bens móveis deixados na mesma, sem direito do arrendatário a qualquer indemnização.**
- b) Ao Município assiste o direito de ser ressarcido das despesas efetuadas com a realização de obras necessárias à reposição da habitação nas condições em que se encontrava, à data da celebração do contrato, decorrentes de danos já ocorridos e de outros que se venham a verificar no fogo, após a resolução do contrato.**
- c) Poderá pronunciar-se, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação desta deliberação, sobre o presente projeto de decisão de resolução do contrato de arrendamento.**
- d) A decisão final de resolução do contrato de arrendamento é suscetível de impugnação perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

Mais delibera determinar aos serviços competentes da DCD-Divisão e Cidadania e Desenvolvimento, que diligenciem no sentido de ser requerida, formalmente, a intervenção e colaboração das entidades competentes para prestarem o devido acompanhamento e apoio especializado ao arrendatário, designadamente do Instituto da Segurança Social. I.P., dos Serviços de Saúde Pública da Marinha Grande e da Autoridade Policial, que garanta o suporte e apoio social adequado às necessidades do visado.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. Habitação social - Rua Adriano Marques Nobre, 79, Camarnal - Falta de pagamento das rendas - António José Jesus Bonita - Projeto de resolução do contrato de arrendamento - Audiência prévia.

331 - A Sr.ª Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente parecer jurídico I/821/2018, de 28-03-2018, que aqui se dá, para todos os legais efeitos, como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (Anexo 8**), que apreciou os factos e as provas produzidas e conclui:**

- a) Estarem preenchidos os requisitos legais e regulamentares para que seja acionada a resolução do contrato de arrendamento celebrado com António José Jesus Bonita, da habitação social sita na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 79, Camarnal, Marinha Grande, por falta de pagamento das rendas desde janeiro de 2007;
- b) Estarem prescritas, por força da alínea b) do art.º 310.º, do Código Civil, todas as rendas com mais de 5 anos contados da data do respetivo vencimento.
- c) Estarem preenchidos os requisitos legais para a interposição de ação executiva para pagamento de quantia certa, junto do TAF-Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, tendo em vista a cobrança coerciva das rendas vencidas e que não se encontrem prescritas.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação I/821/2018 e considerando que:

- 1. **O arrendatário António José Jesus Bonita ausentou-se do locado entre os anos de 2005 e 2011, sem qualquer comunicação e justificação apresentadas nesta Câmara Municipal;**
- 2. **Desde janeiro de 2007 deixou de pagar a respetiva renda do locado, no valor mensal de 248,31€;**
- 3. **Em 2011, em data que não foi possível precisar, regressou ao locado, uma vez mais sem qualquer comunicação a esta Câmara Municipal;**
- 4. **Mesmo após o seu “regresso” à habitação locada, continuou a não pagar as rendas em atraso nem as rendas subsequentes à reocupação do locado, que acumula um valor de 33.414,85€;**
- 5. **Com este comportamento censurável, o arrendatário violou o seu dever imposto pelo art.º 1038.º, alínea a) do Código Civil, facto que constitui fundamento para a resolução do contrato de arrendamento, nos termos do art.º 1083.º, n.º 2, alínea a) e n.º 3.º, do mesmo C.C., do art.º 25.º, n.º 1 do RAAH-Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação e do art.º 32.º, n.º 1, alínea h) do Regulamento de Atribuição, de Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande;**
- 6. **Por força da alínea b) do art.º 310.º do Código Civil, as rendas vencidas entre janeiro de 2007 e abril de 2013, encontram-se prescritas por já terem decorrido mais de 5 anos desde a data do seu vencimento;**
- 7. **A dívida das rendas em atraso perfaz, atualmente, o montante de 14.898,60€, correspondente aos 60 meses entre maio de 2013 e abril de 2018;**
- 8. **A habitação social constitui um bem escasso do Município essencial e imprescindível ao alojamento dos muitos agregados familiares de fracos recursos económicos existentes no concelho, o que torna insustentável e inexigível a manutenção do contrato de arrendamento nas condições atrás mencionadas,**

Delibera, ao abrigo da competência conferida pelo n.º 2 do art.º 32.º do mesmo Regulamento, notificar o arrendatário, António José Jesus Bonita, residente na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 79, Camarnal, que pelas razões de facto e de direito atrás invocadas, é sua intenção exercer o direito de resolução do contrato de arrendamento

celebrado com este Município, fixando-se em 30 dias o prazo para proceder à desocupação da habitação e à entrega voluntária da mesma e das respetivas chaves, nesta Câmara Municipal.

Fica ainda notificado de que, nos termos do n.º 3 do art.º 30.º, dos n.ºs. 3 a 5 do art.º 32.º e dos n.ºs. 1 e 2 do art.º 35.º, todos do já citado Regulamento:

- a) O valor total das rendas em dívida é, na data desta deliberação, de 14.898,60€ (catorze mil, oitocentos e noventa e oito euros e sessenta cêntimos), correspondente a 60 meses de renda, de maio de 2013 a abril de 2018, inclusive, cujo pagamento deve ser efetuado no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da notificação desta deliberação.**
- b) O direito de resolução do contrato de arrendamento não caduca mesmo que o pagamento das rendas em atraso seja efetuado no prazo fixado na alínea anterior.**
- c) A falta de pagamento das rendas em dívida, no prazo fixado, tem por consequência a interposição de ação executiva para pagamento de quantia certa, perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**
- d) O incumprimento voluntário da obrigação de desocupação e entrega da habitação no prazo supra fixado, terá por consequência a tomada de posse da habitação, pelo Município, considerando-se abandonados a favor deste, quaisquer bens móveis deixados na mesma, sem direito do arrendatário a qualquer indemnização.**
- e) Ao Município assiste o direito de ser ressarcido das despesas efetuadas com a realização de obras necessárias à reposição da habitação nas condições em que se encontrava, à data da celebração do contrato, decorrentes de eventuais danos que se venham a verificar no fogo, após a resolução do contrato.**
- f) Poderá pronunciar-se, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação desta deliberação, sobre o presente projeto de decisão de resolução do contrato de arrendamento.**
- g) A decisão final de resolução do contrato de arrendamento é suscetível de impugnação perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Análise, classificação e proposta de exclusão da candidatura da Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos - Ginásio do Cérebro Sénior – Audiência prévia

332 - Presente informação n.º 278/2018 da DCD, datada de 31 de janeiro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro, relativa à proposta de exclusão da candidatura da Comissão mencionada em epígrafe apresentada, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do regulamento, as candidaturas devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto;

Considerando que a C.R.P.I. entregou a sua candidatura no âmbito do programa de apoio anual, através do registo de entrada E/9000/2018, datada de 29 de setembro, encontrando-se a mesma devidamente instruída com os elementos requeridos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do regulamento, aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de 14 de agosto de 2014 e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2014, as entidades que tenham a sua sede e/ou desenvolvam atividades no concelho/instalações na Marinha Grande com caráter regular ou pontual, estejam legalmente constituídas e revistam a forma jurídica a que seja inerente a não prossecução de fins lucrativos, podem beneficiar de apoios ou benefícios financeiros;

Considerando que o regulamento prevê ainda, nos termos do artigo 12.º, a forma de instrução das candidaturas, bem como os documentos que a devem acompanhar;

Considerando que no n.º 4 e 5 do artigo 13.º a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos, cabendo à Câmara Municipal deliberar sobre a decisão final de admissão ou exclusão nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento;

Considerando que a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente(artigo 6.º);

Considerando que a candidatura da C.R.P.I. foi avaliada e classificada, nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultado:

APOIO ANUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/9000/2017	506171795	C.R.P.I	Ginásio do Cérebro Sénior	22,8	EXCLUIR

Considerando que o RMAAB determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder. Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando que nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do RMAAB, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade

concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (alterada pelas leis nº 22/2015, de 17 de março, lei nº 66 –B/2012, de 31 de dezembro, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e Lei nº 20/2012, de 14 de maio);

Considerando o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação, em anexo.

A Câmara Municipal analisou a proposta e, considerando o disposto no nº 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera determinar a realização de audiência prévia escrita à interessada, conforme previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA - Código de Procedimento Administrativo, relativa à intenção de exclusão da seguinte candidatura, atenta a classificação obtida:

APOIO ANUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/9000/2017	506171795	C.R.P.I	Ginásio do Cérebro Sénior	22,8	EXCLUIR

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA

39. Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018 – Teatresco – Grupo de Teatro – Realização do XVII FestivÁlvaro – Festival de Teatro.

333 - Presente informação I/912/2018, da DCD, datada de 10 de abril de 2018, bem como relatório da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada através do Despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 79/2018, datado de 16 de março, relativa à proposta de admissão da candidatura apresentada pelo Teatresco – Grupo de Teatro, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no nº 4 e 5 do artigo 13º do regulamento.

Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Após a avaliação efetuada, foi obtido o seguinte resultado:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/3402/2018, de 10 de abril	508632188	Teatresco – Grupo de Teatro	XVII FestivÁlvaro – Festival de Teatro, a realizar em abril, nos dias 14, 21, 25 e 28 de abril	31,2

Atendendo a que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, a admissão da candidatura apresentada pelo Teatresco – Grupo de Teatro.

As candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente conforme disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Em anexo é apresentado o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação, com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente

Atividades Pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/3402/2018, de 10 de abril	508632188	Teatresco – Grupo de Teatro	XVII FestivÁlvaro – Festival de Teatro, a realizar em abril, nos dias 14, 21, 25 e 28 de abril	31,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

40. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Teatresco - Grupo de Teatro - XVII FestivÁlvaro - Festival de Teatro.

334 - Presente informação com n.º de registo I/927/2018, de 11 de abril, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, a candidatura com o registo de entrada E/3402/2018, de 10 de abril, apresentada pelo Teatresco - Grupo de Teatro, admitida em reunião de Câmara de 16 de abril de 2018, preenche os requisitos previstos no nº 6 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento, propondo a atribuição do apoio financeiro à entidade, para a realização do XVII FestivÁlvaro - Festival de Teatro, nos dias 14, 21, 25 e 28 de abril.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando que a referida candidatura se reveste de interesse municipal, dado que promove a cultura, através de manifestações públicas de expressão dramática, exibidas por grupos de teatro amadores, e contribui para a promoção do município;

Considerando os critérios definidos no regulamento;

Considerando que a entidade apresentou a candidatura de forma fundamentada a apoios ou benefícios na modalidade de apoio pontual para realização do XVII FestivÁlvaro - Festival de Teatro;

Considerando a existência de dotação financeira na rubrica 2018/A/168;

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda no íntegra, e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, conceder um apoio financeiro de 900,00€ (novecentos euros) ao Teatresco - Grupo de Teatro, NIF 508632188, para a realização do XVII FestivÁlvaro - Festival de Teatro, nos termos da candidatura com o registo de entrada E/3402/2018, de 10 de abril, cuja verba se encontra prevista na ação 2018/A/168 do Plano Municipal de Atividades.

Mais delibera, em cumprimento do previsto no artigo 18º e nº 1 do art.º 20º do regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do

que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

41. Admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Clube Desportivo Moitense - 4ª “Corrida à Lebre” em Atletismo

335 - Presente informação n.º I/909/2018 da DCD, datada de 10 de abril de 2018, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 79/2018, datado de 16 de março de 2018, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura a apoios a projetos de carácter desportivo, que cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 9º, 11º e 12º do Regulamento.

Atividades Pontuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E.3038.2018 E.3293.2018	05/04/2018	Clube Desportivo Moitense	501216049	4ª Corrida à Lebre	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E.3038.2018 E.3293.2018	Clube Desportivo Moitense	501216049	4ª Corrida à Lebre	28,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

42. Atribuição de apoio – Clube Desportivo Moitense - 4ª Corrida à Lebre em Atletismo

336 - Presente deliberação de 16 de abril de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, tendo ficado seleccionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E.3038.2018 E.3293.2018	Clube Desportivo Moitense	501216049	4ª Corrida à Lebre	28,2

Presente informação nº I/921/2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, o Clube Desportivo Moitense preenche todos os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade:

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Clube Desportivo Moitense	4ª Corrida à Lebre	501216049	28,2	2018 / A / 189	600,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

COOPERAÇÃO E GEMINAÇÕES

43. Protocolo de Acordo Entre as Cidades de Fontenay-sous-Bois e Marinha Grande sobre as ações ligadas à Reflorestação no seguimento dos Incêndios de Outubro de 2017 na Marinha Grande

337 - A Sr.^a Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente minuta de Protocolo de Acordo Entre as Cidades de Fontenay-sous-Bois e Marinha Grande sobre as ações ligadas à Reflorestação no seguimento dos Incêndios de Outubro de 2017 na Marinha Grande.

Presente informação com referência I/935/2018, da área de relações institucionais e cooperação da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento.

O Município da Marinha Grande e o Município de Fontenay-sous-Bois estão geminados desde 1982, desenvolvendo desde então relações de intercâmbio de diferentes naturezas.

A Marinha Grande agradeceu e agradece a solidariedade manifestada pelo Município de Fontenay-sous-Bois, em especial na decorrência do grande incêndio de outubro passado. Solidariedade que foi manifestada pessoalmente pela delegação desta autarquia que visitou o concelho nos dias 16 e 17 de novembro de 2017.

Como prova dessa solidariedade o Município de Fontenay-sous-Bois dispôs-se a doar 53 000 árvores para plantação no Pinhal do Rei, parte das quais já plantadas em março passado, correspondentes à sua população.

O Protocolo em apreço regula as obrigações das partes, na sequência desta ação de reflorestação, estabelecendo designadamente os termos em que ocorrerá a aquisição das árvores remanescentes para se alcançar o objetivo fixado.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea aaa), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, aprovar a minuta do Protocolo de Acordo Entre as Cidades de Fontenay-sous-Bois e Marinha Grande sobre as ações ligadas à Reflorestação no seguimento dos Incêndios de Outubro de 2017 na Marinha Grande e autorizar a sua celebração.

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar um Voto de Louvor ao Município de Fontenay-sous-Bois, pela sua generosidade e por mais esta prova fraterna de uma geminação que muito enriquece e valoriza a Marinha Grande.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3. TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande. Relatório de gestão e contas de 2017. Mandato discriminado.

Tendo em conta a ausência da Sr.^a Presidente e o impedimento do Sr. Vice-Presidente, este ponto da ordem do dia ficou adiado para 19/04/2018, dia para o qual está convocada uma reunião extraordinária da Câmara Municipal.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Vice-Presidente encerrou a reunião pelas 18:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

No dia dezanove de abril de dois mil e dezoito, pelas 15:30 horas, realizou-se a continuação da presente reunião ordinária, para votação do ponto 3 da ordem do dia, que havia ficado adiado.

Estiveram presentes todos os membros do executivo, com exceção do Sr. Vereador Carlos Caetano, que não esteve presente por se encontrar numa reunião na OPEN, em representação da Câmara Municipal, pelo que se considera justificada a sua falta.

3. TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande. Relatório de gestão e contas de 2017. Mandato discriminado.

338 - A Sr.^a Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Considerando que a assembleia geral da empresa vai ter como assuntos da ordem do dia: deliberar sobre o relatório e contas relativos ao exercício de dois mil e dezassete, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da empresa, de acordo com o artigo 12.º, n.º 2, dos estatutos da empresa.

Presente Relatório de gestão e contas de 2017, acompanhados do parecer e certificação legal das contas, emitidos pelo fiscal único.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante: aprovar o relatório e contas relativos ao exercício de 2017, aprovar a proposta de aplicação de resultados e apreciar positivamente a atuação da administração e fiscalização da empresa.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que reiteraram o conteúdo da declaração de voto proferida na anterior deliberação sobre o mesmo assunto.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra não participou na votação deste assunto por estar impedida, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é a representante da Câmara Municipal na Assembleia Geral da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M..

O Sr. Vereador Carlos Caetano não esteve presente na reunião.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a continuação da reunião pelas 15:45 horas do dia 19/04/2018.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,